



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

BRASIL EM AÇÃO

Investimentos para o desenvolvimento

BRASÍLIA
1996

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

BRASIL EM AÇÃO

Investimentos para o desenvolvimento

BRASÍLIA
1996

Brasil, *Presidente*, (1995- : F. H. Cardoso)

Brasil em Ação — Investimentos para o desenvolvimento./
Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação
Social : Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996.

82p. il. — (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo — Brasil. Cardoso, Fernando Henrique,
Presidente do Brasil, 1931- II. Título. III. Série.

CDD 350.003

SUMÁRIO

I — BRASIL EM AÇÃO	5
II — BRASIL EM AÇÃO (INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO)	21
III — INTENSIFICAÇÃO DO GERENCIAMENTO . .	25

BRASIL EM AÇÃO¹

A caminhada para construir este Brasil novo que nós queremos ter vem de longe. Ainda no Governo do Presidente Itamar Franco, começaram a ser criadas as condições para estabilizar a economia. Essas condições implicavam modificações muito grandes para assegurar previsibilidade orçamentária e controle efetivo sobre a inflação. O processo de estabilização contou, permanentemente, com o diálogo com o Congresso Nacional e com as várias forças da sociedade. Assim, foi possível, em julho de 94, depois da URV — que todos conheciam, apesar do nome um pouco esdrúxulo — criar, realmente, as bases da estabilização.

Os efeitos imediatos dessa estabilização são conhecidos. Houve uma melhoria sensível da distribuição de renda. Só para dar alguns indicadores, nas seis principais metrópoles do Brasil, o contingente de pessoas consideradas estatisticamente como pobres baixou de 42% para 22%.

A última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE — a primeira depois do Real —, mostra que esse processo foi realmente efetivo. O rendimento médio de quem está acima de 10 anos de idade saltou de R\$ 195 em 1993 para R\$ 254 em 1995, o que representa um aumento de 30,3%. O rendimento médio real dos 10%

¹ Versão editada da apresentação feita pelo Senhor Presidente da República, durante a XI Reunião do Conselho do Governo, realizada no Palácio do Planalto, em 9.8.96.

mais pobres da população passou de R\$ 24 para R\$ 48 por mês — exatamente o dobro.

Os dados de consumo são bastante expressivos, especialmente quando se discrimina quem é que aumentou o consumo. Não é difícil perceber que os brasileiros que têm renda de até 2 salários mínimos tiveram um aumento maior do que os que têm renda acima desse patamar, o que permitiu — mesmo na chamada linha branca (geladeira e freezer), aumentar a disponibilidade desses bens nas famílias dos brasileiros, ainda que numa proporção pequena, mas em quantidade já apreciável, porque no Brasil qualquer alteração percentual significa quantidades significativas.

Isso é consequência imediata do Real. Essa estabilização trouxe um aumento, também, no que é fundamental, que é o aumento da poupança e da taxa de investimento.

Passamos de uma situação bastante preocupante de 13,5% do PIB de investimento produtivo em 1992 para 16,2% no começo de 1996. É pouco ainda. Precisamos alcançar 25%. Mas esta evolução indica uma certa confiança da população, dos investidores, dos produtores.

Isso foi feito com muito sacrifício. Sacrifício inclusive dos programas de governo. Mas sacrifícios que já permitem divisar um horizonte. Depois das enormes dificuldades que tivemos no que diz respeito à consolidação da estabilidade por causa de fenômenos que abalaram a economia internacional e levaram a um aumento da taxa de juros a cerca de 6,87% (juros over) em 1995, agora já voltamos a uma taxa de juros de 1,98% e imaginamos que até o final do ano de 1996 teremos uma taxa de juros que corresponderá à metade da taxa de juros de 1995. Esta queda permite também aos produtores um certo alento. Refiro-me à taxa de juros que o Governo paga por seus títulos, pois os efeitos sobre a taxa do consumidor final ou para o investidor são mais lentos. Mas já se fazem sentir, porque houve também uma modificação progressiva na política dos depósitos compulsórios. Assim, a massa de recursos disponíveis passou a ser maior, contribuindo também para a queda da taxa de juros.

O sistema financeiro brasileiro, que chegou a se apropriar de 16% do produto interno bruto, hoje participa com a metade disso, 8%. Portanto, é pura demagogia dizer que o Governo está trabalhando para os bancos. É o contrário. Os bancos sofreram o maior aperto da história do

Brasil. Evidentemente, com a responsabilidade que caracteriza este Governo, não podemos deixar que os depositantes sofram as consequências de um colapso do sistema financeiro, até porque os depositantes são também os produtores, além das donas-de-casa, dos trabalhadores, dos sindicatos, etc.

Mas a verdade é que o aperto financeiro foi muito grande. E este Governo se caracterizou pela determinação de enfrentar problemas, às vezes até simultaneamente. Tivemos que sanear a Caixa Econômica Federal e tivemos o imenso esforço de saneamento do Banco do Brasil. Ao promover o processo de saneamento, como fazemos agora com os bancos estaduais, estamos resolvendo problemas que foram criados no passado. Mas, muitas vezes, aparecem como se fossem problemas deste Governo. É o contrário. Nós estamos enfrentando com tranquilidade e coragem problemas que foram criados no passado e eram quase sempre empurrados para que governos futuros os resolvessem. E o povo é quem tem pago o custo pelos problemas não resolvidos.

Este Governo, pelo contrário, enfrenta essa questão. Estamos em pleno processo de saneamento do sistema financeiro e com bastante êxito. Basta ver as análises comparativas sobre o custo do saneamento financeiro em outros países e o custo no Brasil, para verificar-se que, também é pura demagogia dizer que o Governo está despendendo uma massa enorme de recursos no sistema bancário. Mesmo porque esses recursos — como também é sabido — se originam do depósito compulsório dos bancos. Haverá, eventualmente, um ou outro custo para o Tesouro, no futuro, dependendo das condições mas, isso é incomparavelmente menor do que o custo que ocasionaria a derrocada do sistema financeiro ou mesmo de alguns dos seus setores parciais.

A determinação do Governo em atuar, em enfrentar problemas, aumentou também a disposição dos investidores — por isso a taxa de poupança e de investimento tem crescido — para investir mais no Brasil.

O caso do setor externo é marcante. Este é um indicador mais palpável, mais rápido, porque o Banco Central registra as taxas. Os investimentos líquidos diretos do exterior totalizavam, em 1994, US\$ 1,9 bilhão. Em 1995, US\$ 2,97 bilhões. Só no primeiro semestre de 1996 os investimentos estrangeiros líquidos totalizaram quase US\$ 5 bilhões. Por consequência, quando em algum momento eu disse que provavelmente no decorrer do ano nós iríamos ter 7 bilhões de dólares de

investimento, fui tímido. Na verdade, vamos alcançar cerca de 9 bilhões de dólares em um ano. Isso faz com que o Brasil volte aos tempos em que havia investimento crescente e isso é um indicador seguro de que nós vamos ter possibilidades sustentáveis de crescimento.

Qual é a parte do Governo para que isso tudo ocorra? É, basicamente, levar adiante o processo de reformas e a diminuição do chamado “custo Brasil”. Não preciso repetir aqui o empenho que todos temos tido nas reformas e continuaremos a ter. E com êxito. Reforma não é um processo que se decreta. Reforma é um processo social, é parte de um projeto de mudança e não um ato isolado. É social, é cultural, é uma mudança de mentalidade. Não se muda mentalidade do dia para a noite, mas já estamos mudando as mentalidades no Brasil.

E por mais que haja — como é normal numa democracia — discussões, idas e vindas, como existem mesmo no Congresso e no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, a resultante tem sido positiva. As reformas estão avançando e vão continuar avançando. O Governo não vai esmorecer até alcançá-las, porque essas reformas são imprescindíveis, não para este Governo, mas para o País.

Não podemos imaginar que as reformas chamadas “básicas” — da Administração, da Previdência, a Tributária — esgotem a nossa agenda de “custo Brasil”. Não. Temos também de seguir adiante no processo das privatizações, no processo da redução do papel do Estado em certos setores, na qualidade da prestação de serviços, na modernização e no aumento da eficiência da máquina pública.

Depois de muita crítica ao processo das privatizações, vê-se, hoje, que o Governo agiu com firmeza e prudência. Inúmeras vezes eu disse que não estávamos aqui para vender patrimônio público na bacia das almas e que nós não temos nenhum compromisso com interesses especulativos nas bolsas. Não tomamos decisões movidos por circunstâncias. Tomamos decisões tendo em vista o interesse nacional, o interesse público, o interesse do País.

No caso específico, por exemplo, do sistema de transporte, conseguimos fazer o que muita gente não acreditava: o sistema ferroviário brasileiro já foi objeto de licitação, em dois tramos, com sucesso. Pretendemos, até o fim do ano, passar praticamente quatro quintos do sistema ferroviário brasileiro para a gestão privada, via concessões ou

investimentos, de tal maneira que a melhoria dos serviços possa ser mais rápida, porque isso fará aumentar a taxa de investimento, sem que o Governo tenha que despendar recursos — que aliás não tem — na melhoria do sistema ferroviário.

O mesmo vale no que diz respeito ao sistema rodoviário. Alguns trechos importantes estão sendo objeto de concessão de serviço público, como a via Dutra, como a estrada que vai a Juiz de Fora, a estrada que vai a Teresópolis, como a ponte Rio—Niterói. Há um interesse imenso no Paraná, no Rio Grande do Sul, em outros Estados, nessa matéria. É claro que, em um país tão grande e diversificado como o Brasil, nós não poderemos imaginar que o Governo se ausente do setor rodoviário em várias áreas do País. Vamos continuar atuando e atuando diretamente enquanto Estado, porque o fato de aumentarmos a capacidade de oferecer infra-estrutura em certas áreas, não pode nos fazer esquecer o fato de que, em outras áreas, a ação de Governo tem que ser constante.

Estamos providenciando empréstimos razoáveis junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que nós possamos melhorar a malha viária brasileira. Esses empréstimos já estão praticamente concedidos. Um dos programas do “Brasil em Ação” diz respeito precisamente à recuperação da malha e outros projetos visando a sua ampliação.

O mesmo se diga quanto à questão da energia elétrica. Muitas concessões já foram feitas, apesar de obstáculos permanentes, de incompreensões permanentes de setores que resistem em aceitar que o Brasil precisa crescer depressa, precisa oferecer mais empregos e precisa mudar sua infra-estrutura. Apesar disso, nós já fizemos a concessão de serviços no sistema de distribuição de energia de tudo o que estava em mãos federais e ainda temos cerca de 70 projetos de concessões de produção de energia em andamento. Estamos, realmente, avançando com grande velocidade nesses processos de concessão, de maneira que os efeitos já vão começar a surgir em termos de emprego, de investimento, da produção de energia e de barateamento da energia, isto é, de barateamento do “custo Brasil”.

Na telefonia, nós estamos às vésperas de uma explosão de investimento. Os meios de comunicação sabem disso. Sabem também do esforço imenso, sempre com o apoio do Congresso, inclusive no que diz respeito à reorganização do Estado, às autoridades que vão dirimir

questões nas concessões, quanto a tarifa, uso dos bens públicos, o que é uma nova maneira de organizar o relacionamento do Estado com a sociedade.

No que diz respeito aos portos, depois de alguma hesitação no passado, o que aconteceu? A famosa Lei dos Portos está sendo implementada. Os portos entrarão na lista de concessões e de privatizações e vamos avançar celeremente nesta matéria também.

Não se pode pedir muito de um país que saiu exangue de um processo inflacionário de décadas. Portanto, não se trata agora de começar. Não. Agora é continuar. Só que vamos continuar a partir de um patamar de informação, de recursos e de capacidade de decisão sobre o que é necessário fazer. Portanto, de ordenamento de investimentos muito maior do que nós tivemos até agora.

Neste novo momento, o que nós estamos chamando de “investimentos básicos para o desenvolvimento” supõe políticas sociais e políticas que dizem respeito ao desenvolvimento humano.

O mesmo esforço que se fez na área de infra-estrutura, para criar novas formas de relacionamento e novos órgãos regulamentadores, está-se fazendo no setor social.

Modificamos o modo de relacionamento do Governo com a área social: na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Previdência Social. Em todos os setores, estamos quebrando os elos do clientelismo, transferindo os recursos do Governo central para os Estados e para os Municípios, descentralizando com coragem. E descentralizar quer dizer perder uma força burocrática de protecionismo, acreditando na sociedade e exigindo que, na base, os recursos não fiquem entregues apenas ao setor público, mas se formem conselhos nos quais se incluam segmentos da sociedade civil, para discutir e decidir sobre a destinação desses recursos.

Em alguns casos, como o da educação, foram usados mecanismos de entrega direta de recursos à diretora da escola, já pelo segundo ano consecutivo. E no próximo ano, esses recursos serão geridos não só pela diretora, mas pelos conselhos de pais e mestres das escolas e só receberão recursos as escolas que organizarem os conselhos de pais e mestres, para que possam eles próprios assumir a responsabilidade pela utilização desses recursos.

Outro exemplo é o SUS. No caso dos municípios que têm gestão plena do SUS, o Governo está transferindo o controle dos recursos públicos para a sociedade. Há, portanto, aí uma revolução branca na área social. Nunca mais se ouviu falar de escândalos, nem de clientelismos. Quando, eventualmente, ocorre alguma irregularidade, vai se verificar e se apura que se trata de uma tentativa frustrada de alguém que tentou enganar algum prefeito, fingindo que tem força junto ao Governo Federal. Os prefeitos já sabem hoje que ninguém precisa ter prestígio político para receber o recurso a que tem direito. Na verdade, o direito não é do prefeito, mas da população da localidade.

Estamos realizando um grande esforço de reorganização do Estado. Reorganizar o Estado não é apenas fazer reforma administrativa, por si só muito importante e que está no Congresso. É também a modificação do modo do relacionamento na gestão, é a modificação no que diz respeito à infra-estrutura, é a modificação no que diz respeito aos programas sociais, com o objetivo de dar prioridade à base da sociedade e à educação fundamental.

O Congresso acaba de aprovar um passo importante na valorização do professor da escola fundamental, que significará, na prática, que o Governo Federal adicionará recursos aos Estados mais pobres — basicamente ao Norte e ao Nordeste, com o propósito de aumentar o salário do professor da escola primária. O Governo condicionará, obviamente, esses recursos ao preenchimento de certas condições que, efetivamente, melhorem a qualidade do ensino.

Isto se faz com persistência. É um processo, repito, longo, mas é um processo que já está iniciado. Os projetos do “Brasil em Ação” não pretendem inovar no que diz respeito a objetivos e a programas novos, mas buscar mecanismos de organização e de gerenciamento que permitam aumentar a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Esses projetos não são o conjunto das ações de governo. Nós temos, no orçamento fiscal, em termos de investimentos, cerca de R\$ 7 bilhões e 800 mil, aos quais se adicionam os empréstimos e o investimento privado.

Do total dos recursos orçamentários nós vamos nos referir apenas à metade: R\$ 3 bilhões e 900 milhões. Portanto, isso não vai esgotar o conjunto do que o Governo vai fazer. Nem precisam ficar aflitos os que

não virem lá contemplados alguns programas que são importantes. E são mesmo importantes. É que nós temos cerca de 1.500 ações de governo. E, aqui, vamos mencionar 42, apenas para dar uma amostra e um exemplo ao País. Alguns programas não são obras. São programas importantes, entre os quais estão os sociais, como a reforma agrária, a merenda escolar, o combate à mortalidade infantil.

Os programas que vão ser mencionados aqui vão ser objeto de um acompanhamento direto e pessoal do Presidente da República, por meio dos Ministérios competentes, do Ministério do Planejamento e de um gerenciamento específico, porque achamos que chegamos ao momento em que a qualidade do gerenciamento passa a ser tão ou mais importante do que a quantidade de recursos. Em um país que tem escassez de recursos, o controle da qualidade e a boa utilização dos recursos é central, é nossa responsabilidade política. Não se trata apenas de mais, mas se trata também de melhor.

Estamos, hoje, atravessando uma fase de mudança qualitativa do nosso entendimento sobre o desenvolvimento do Brasil. Eu repito sempre — que não se trata de um país que quer produzir mais automóveis. O Brasil quer produzir melhor esses automóveis e quer produzir automóveis capazes de serem competitivos no plano mundial. E o que disse sobre automóveis vale para qualquer outro setor da produção brasileira.

Nós estamos passando por uma mutação que não diz respeito apenas às transformações da globalização da economia, mas também ao fato de que o Brasil decidiu não perder a oportunidade de, nesta globalização, ter um papel próprio, não ser caudatário, ter um papel de destaque. Equivocam-se os que imaginam que, fechando os olhos ao processo real, defendem o interesse nacional. Defende o interesse nacional quem vê a realidade e se situa nela, de tal maneira, que o povo do país tenha um benefício maior. O povo brasileiro terá maior benefício se o Governo atuar com mais competência, se o setor privado for mais produtivo e se criarmos condições para a distribuição efetiva de renda e se entendermos, como entendemos neste Governo, que o investimento social é tão, ou mais importante, que o investimento físico.

É o que nós estamos fazendo sem demagogia, sem fazer clientelismo, sem utilizar fatos isolados como elemento de propaganda, mas acreditando na mutação qualitativa pela qual está passando nosso país, de tal maneira que as disparidades de renda e as disparidades regionais

vão se resolver no decorrer do tempo, desde que haja continuidade e persistência e sobretudo modificação no plano da realidade. E não simplesmente no plano da vontade.

Muitas vezes, ouço falar da vontade política, e vontade política, posta em termos genéricos, ou é saudade do autoritarismo — de um ditador que tudo resolva — ou então incompreensão do que seja a sociedade, que não muda em função da determinação de uma pessoa, de dez pessoas, de cem pessoas, mas muda quando existe uma organização capaz de fazer fluir os objetivos deste conjunto da sociedade para aquilo que ela deseja. E isso não pode ser feito em termos abstratos de uma vontade política. Tem de ser feito em termos de uma organização, de um debate, de uma continuidade no processo de transformação.

O PPA (Plano Plurianual), que é o plano aprovado pelo Congresso Nacional, prevê para um período de 5 anos objetivos da ação governamental e inclui todos os programas do “Brasil em Ação”. Nenhum deles é novo. Alguns deles foram objeto de proposta minha, ainda na fase da campanha eleitoral. Os que foram aprovados pelo Congresso são aqueles que nós podemos, efetivamente, trabalhar como um objetivo do conjunto do País. Todos foram aprovados dentro do PPA, embora o PPA contemple muitos outros programas adicionais.

A concepção geral desses programas é a idéia de que nós precisamos integrar o Brasil, de uma maneira equilibrada. E precisamos preparar o Brasil para que ele possa participar da economia, em nível internacional. Não existe, aqui, a preocupação com um Estado particular da Federação. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando eixos de desenvolvimento, que é a concepção moderna do desenvolvimento. Não se trata de um pólo de desenvolvimento que se concentre numa região, mas de um eixo que distribua seus efeitos numa área mais ampla, pois é necessário que o Governo preste atenção ao conjunto do Brasil.

Não serei exaustivo na enumeração, mas mostrarei que as várias áreas do Brasil são objeto da nossa preocupação.

A Região Amazônica depois de ter sido objeto de uma ação governamental intensa nos anos 70, praticamente ficou à margem da atenção de Brasília em período mais recente. Conversando com os

Governadores, conversando com as bancadas, procuramos identificar quais eram os projetos realmente estruturadores.

Um exemplo é a BR-174. Ela vai de Manaus até a Venezuela. Alguns trechos dela, em Roraima, já estão feitos. É fundamental essa estrada. Ela vai dar um impulso à Zona Franca de Manaus, no sentido de aumentar a exportação para o Caribe. Abre uma possibilidade de, no futuro, nós, simultaneamente, termos uma linha de energia elétrica, trazendo energia de Guri, da Venezuela, para, eventualmente, servir a Roraima e ao Amazonas. Além do mais, vai permitir, no futuro, a passagem de um cabo ótico, de uma fibra ótica, para facilitar o sistema de comunicações. A construção da estrada está em andamento.

Outro projeto é o da Bacia de Urucu. O Governo decidiu, embora não tenha fechado as portas à energia do Guri, que era mais urgente investir no gás de Urucu. Já estamos em marcha nessa direção e isso vai permitir duas soluções importantes para a Região Amazônica. Em primeiro lugar, Manaus, que está se tornando um pólo de industrialização, terá acesso à energia, via transformação do gás em energia.

Além disso, Urucu é a melhor solução para resolver a energia para Rondônia. Rondônia e Acre não teriam condições de receber diretamente a energia vinda do Guri. E seria muito difícil, também, transpor o rio Amazonas para atender a outra margem da Amazônia. Por meio do gás e processos bastante modernos e complexos de transformação do gás em liquefação do gás, redistribuição do gás e, novamente, a utilização do gás, será possível a utilização na geração de energia, para beneficiar uma ampla área do Brasil.

Existe também um interesse imenso, na Região Amazônica, pela questão relativa às hidrovias. Vejam o exemplo da Hidrovia do Rio Madeira. A partir de setembro, no rio Amazonas, em Itacoatiara, disporomos de um terminal graneleiro. Esse terminal está sendo construído pelos esforços do Governo do Amazonas, e com capitais privados, capitais de gente que produz em Rondônia. Ele vai permitir que a produção de Mato Grosso e de Rondônia possa ser escoada por meio de chatas. E o Governo Federal está financiando, pelo BNDES, essas chatas.

Nada disso está nos projetos do “Brasil em Ação”. São outros programas que complementam o “Brasil em Ação”. Por exemplo, para transbordo em Itacoatiara — onde entram navios de grande calado, de

mais de 100 mil, até 200 mil toneladas, e daí o transporte para o exterior. A soja vai ter um barateamento sensível, provocando, possivelmente, uma modificação no seu preço no mercado internacional. A Hidrovia do Rio Madeira precisava de reformas, o que está sendo feito em conjunto pelos Ministérios dos Transportes e da Marinha, o que implica melhorar os portos, melhorar Porto Velho, preparar o sistema de chatas, fazer outro terminal e preparar a infra-estrutura para produção.

Outro exemplo é a BR-364, que é uma estrada muito importante, porque vai permitir ligação com o Acre. Devo dizer que não consta do mapa do “Brasil em Ação”, mas nós estamos dando recursos também ao Acre, para que ele faça estradas, por causa da saída futura para o Peru.

Prometi na campanha que faríamos a Santarém—Cuiabá. Ela não está incluída neste conjunto de ações. Isso não significa que não conste de nossos propósitos e de nosso empenho. Com o apoio do Exército, já começamos a fazer o trecho, em Santarém, na direção de Cuiabá. Há muitos problemas nessa estrada, mas aqueles que são da região do Mato Grosso e do Pará sabem que esta estrada é importante. O fato de ela não estar no “Brasil em Ação” não quer dizer que ela não esteja sendo cogitada. Ela está sendo iniciada pelo Governo e nós daremos o recurso que for possível a essa estrada.

Outra ação importante é a linha de transmissão de Tucuruí. A energia de Tucuruí, que servia ao Maranhão, para produção e exportação de alumínio e de outros materiais que requerem muita energia, não atendia às populações do Pará. O ministro Raimundo Brito esteve no Pará e lançou os programas. São 800 milhões de reais de investimento, para que a população possa ter acesso às linhas de transmissão. Isso produzirá uma modificação sensível. É uma revolução no bem-estar da população do Pará, especialmente na região do sul do Pará.

Outra obra importante é a interligação do sistema elétrico. Essa linha de transmissão de energia elétrica vai permitir que nós tenhamos o conjunto do Brasil interligado em termos de energia. Isso vai permitir que, havendo falta de energia, por estiagem, num determinado lugar, nós possamos trazer energia de outros pontos do Brasil.

Certamente, alguém dirá: “E o Amapá?” O Amapá requer algumas pontes e algumas estradas pequenas. Haverá recursos, espero, se apertarmos mais — e apertaremos — os recursos que não são vitais para

o Brasil, para que possamos contemplar, porque é necessário contemplar o Amapá nessas questões. Não estou me referindo, aqui, ao que nós estamos fazendo em saneamento básico, ao que nós estamos fazendo em termos de educação, de saúde, que são programas universais e que operam em toda esta região.

Além disso, na região do Tocantins, a Hidrovia Araguaia—Tocantins é fundamental. Aqueles que conhecem a região sabem que a Hidrovia vai permitir o escoamento da produção do Tocantins. E a produção da região é crescente. Há áreas de irrigação quase natural no Tocantins. Há grandes projetos no Tocantins, financiados pelos bancos internacionais, que estão permitindo a expansão da produção. E a possibilidade de utilização desta via aquática é de grande importância.

O Brasil tinha se descuidado das hidrovias. O Governo atual está recuperando e integrando as hidrovias com outras vias de transporte, como a ferrovia. É o caso da Norte—Sul, que vai até Estreito, no Maranhão. Por quê? Porque vai permitir uma ligação entre a hidrovia e a ferrovia e vai permitir, depois, a saída pelo Maranhão, pelo porto de Itaqui. No futuro vamos fazer, também, a saída pelo Pará, pelo porto de Barcarena. No momento a saída mais fácil é pelo Maranhão.

No Maranhão, vamos ter balsas, numa região de grande produção. Nesse Estado, também estamos cuidando de algumas estradas, que precisam de apoio. Itaqui é um porto de primeira grandeza que sofrerá um grande esforço de investimentos e desenvolvimento, para preparar a sua privatização. E o Maranhão, portanto, servirá de porto para a exportação da produção que se faz nessa região, e no Brasil Central.

Se nós formos olhar o Nordeste, veremos que o rio São Francisco está sendo objeto, como o rio Madeira, como o rio Tocantins e o Araguaia, de investimentos para permitir a recuperação de sua navegabilidade. Isso, aliado a outras vias de transportes da região, vai permitir uma ligação importante para o Nordeste. A Ferrovia de Pirapora a Unaí, por exemplo, permitirá que uma parte da produção de Minas Gerais e uma parte da produção de Goiás possam subir pelo rio São Francisco, barateando os custos enormemente e beneficiando as populações ribeirinhas.

Na Região Nordeste, recursos serão canalizados para o porto de Suape e para o porto de Pecém. Haverá um grande esforço na área de

irrigação. Só para dar um exemplo: no Ceará, estamos construindo a barragem do Castanhão. A barragem do Castanhão é três vezes maior do que Orós, que é a maior barragem do Nordeste. Até o fim de 1998, esta barragem deve estar pronta. E esses projetos que nós estamos mencionando são todos para 1997 e 1998. E já estão previstos os recursos orçamentários de 1997 para essas obras.

No Nordeste, a questão fundamental, do ponto de vista do Governo, é a melhoria da condição de vida da população e a formação do capital humano. Sua infra-estrutura viária é razoável. O Nordeste estará fortemente apoiado pelo BNDES, no que diz respeito ao Prodetur, que é um programa de turismo. Turismo quer dizer emprego, mas também implica em programas de saneamento. Saneamento em Salvador já está contratado, com o BID. Sem saneamento, sem água potável, sem investimentos em educação, sem que haja oferta de empregos via turismo, sem irrigação para atender as populações da Bahia, da Paraíba, do Ceará, de Sergipe, de Pernambuco — e Petrolina é exemplo disso — não haverá possibilidade efetiva de progresso no Nordeste.

É claro que isso não vem em detrimento de um esforço industrializador. Mas o esforço industrializador só se implanta, efetivamente, quando existem as condições humanas que permitem uma multiplicação dos recursos.

Seria fastidioso mencionar um a um os programas, mas só para que não pensem que olhamos apenas para o Nordeste e para a Região Norte, eu quero dizer que as outras regiões estão igualmente contempladas. Uma obra de grande importância, por exemplo, é o gasoduto. É o gasoduto que vem da Bolívia e que vai chegar a São Paulo e descer para o Sul do Brasil. A decisão de construir essa obra levou 25 anos.

Quando estivermos em Cochabamba, em setembro, esta obra estará em fase de decisão final e a Petrobrás já estará começando as licitações para a compra dos insumos e dos tubos necessários para a realização desse projeto que vai baratear enormemente a energia. É uma energia não poluidora. Conseguimos organizar o projeto de tal maneira que ele não fique parado em São Paulo, mas que ele desça para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para permitir uma base de infra-estrutura para a região.

Repito: estes são apenas alguns exemplos. Estive em Minas Gerais, recentemente, como estive na Bahia, inaugurando polidutos. E o gás do Rio de Janeiro, que ia até Juiz de Fora, já vai até Belo Horizonte. O gás da Bahia, da mesma maneira, já está indo para o Sul. A partir de Salvador, este gás já está chegando a Itabuna. A infra-estrutura é fundamental para que nós possamos, depois, ter investimentos do setor privado com mais rapidez. A infra-estrutura que corresponde ao Governo, a humana e a física, é o que estamos cuidando nesses projetos.

Estamos, também, duplicando a estrada Fernão Dias, que sai de Minas Gerais e vai a São Paulo. Estamos duplicando a BR-116, em São Paulo, que vai na direção do Paraná. E também a BR-101, que é a continuidade dessas estradas, em Santa Catarina. E vamos chegar até Osório, no Rio Grande do Sul, de tal maneira que o eixo integrador da Região Sul, que vai ter um efeito enorme sobre o comércio no âmbito do Mercosul, também já está em marcha. Não está começando hoje. Não se trata de um projeto para ter efeito nas eleições do mês que vem, mas para ter efeito no Brasil, no próximo século. Nosso objetivo é que isso tudo contribua para o Brasil ter uma posição competitiva, uma posição firme, no conceito das nações, no próximo século.

Temos também a bacia Tietê—Paraná, que é outra obra extraordinária. Não começou neste Governo. O Brasil não começou agora. Vem de longe. Estamos apenas acelerando processos que já estavam em marcha e com muita humildade, sabendo que, se não tivesse havido esforço passado, não haveria o que fazer hoje, assim como no futuro. Esta é uma obra fantástica, que vem do porto de Santos, liga aqui a toda a região do Tietê, até o rio Paraná, e sabe Deus, no futuro, que saídas haverá, por hidrovia, nesta região.

Repito: nós estamos fazendo um grande esforço, no sentido de recuperar a importância das hidrovias. Eu mencionei as ferrovias porque elas têm que se conectar, para passar de um tipo de transporte a outro tipo de transporte.

Por isso, chamo a atenção para o Porto de Sepetiba. O Porto de Sepetiba, que é no Rio de Janeiro, no Estado do Rio, não é um porto para o Rio, é um porto para o Brasil. E, na medida em que nós fizemos a estrada de ferro Ferronorte, — e nós pusermos recursos para fazer a ponte entre Mato Grosso e São Paulo — e conectarmos a Ferronorte e a Fepasa e a Fepasa com a Rede Ferroviária Federal, com dois braços — um para

Santos e outro para Sepetiba — teremos a possibilidade de que a produção no Brasil do Centro-Oeste, possa ser escoada mais rapidamente e com melhores preços, para o exterior.

E, quando se diz para o exterior, isso significa também que esses portos permitirão importações que vão vivificar a nossa economia.

Diga-se, de passagem, que, em quatro anos, o Brasil dobrou o seu fluxo de importações e exportações, de 50 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares. Dobramos em quatro anos. E vamos dobrar nos próximos quatro anos. E quem não vê isso é cego. Quem diz que o Brasil, porque tomou uma medida, aqui e ali, para proteger o interesse legítimo de um produtor nacional, está fechando a economia é cego. É o contrário. A economia está aberta e continuará aberta e vai abrir mais, e por isto vamos combater a concorrência desleal. Mas nenhum passo atrás, no que diz respeito à integração, porque foi ela que viabilizou o aumento de renda, foi ela que viabilizou o controle da inflação e é isso que viabiliza um crescimento industrial crescente.

Creio que dei uma noção do conjunto desses projetos. Não mencionei, mas mencionarei agora, os programas sociais que, para nós — têm o mesmo peso que os programas de infra-estrutura. Ou seja, o que o Governo está fazendo é preparar um Brasil melhor, melhor para o seu povo, com escassos recursos, para que nós possamos atrair mais recursos do setor privado nacional, sobretudo o estrangeiro, para que se some aos recursos dos Estados e dos Municípios. E, para que nós tenhamos o que precisamos ter: confiança em nós próprios, na nossa capacidade de perseverar, de atingir objetivos.

BRASIL EM AÇÃO² **(INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA** **O DESENVOLVIMENTO)**

Nos dois últimos anos, vimos construindo as bases de um crescimento sustentável e socialmente benéfico para a grande maioria dos brasileiros. Sustentável e socialmente benéfico por três razões interligadas: i) apoiar-se na estabilidade econômica; ii) estar associado a mudanças profundas, como a abertura econômica, que promovem ganhos genuínos de competitividade; iii) vir acompanhado da progressiva recuperação da capacidade do Estado de executar políticas sociais eficientes, em bases descentralizadas e não clientelistas.

O processo de construção de um crescimento sustentável e socialmente benéfico entra agora em fase de consolidação dos avanços obtidos e preparação para avanços ainda maiores. A percepção do caráter positivo de nossa transição para um novo modelo de desenvolvimento; a maturação de muitas iniciativas deflagradas anteriormente no âmbito do setor público e das empresas privadas; a superação do período mais duro do ajustamento pós-estabilização; o reconhecimento do imenso potencial de expansão da economia brasileira; e a constatação inequívoca da estabilidade de nossas instituições políticas — todos esses fatores soma-

2 Apresentação feita pelo Senhor Ministro do Planejamento e Orçamento, durante a XI Reunião do Conselho de Governo, realizada no Palácio do Planalto, em 9.8.96.

dos criam para o Brasil a oportunidade histórica de tornar-se um espaço privilegiado de investimentos no âmbito da economia mundial.

Essa oportunidade já está tomando forma concreta, de modo crescente, haja vista os dados referentes a investimentos produtivos já iniciados ou a iniciar-se em breve intervalo de tempo, nos mais variados setores da economia. É hora, portanto, de dobrar os esforços para materializar essa oportunidade em toda sua extensão e profundidade. Para tanto, sem esmorecer no empenho permanente em favor da consolidação da estabilização, é necessário assegurar a realização de determinados projetos de investimento que, por sua natureza, por reduzirem custos de produção e comercialização, por completarem elos de nossa infra-estrutura, por melhorarem enfim as condições sistêmicas de nossa economia, inclusive quanto à oferta de mão-de-obra qualificada, são básicos para viabilizar plenamente uma multiplicidade de outros investimentos que irão sustentar a dinâmica do nosso crescimento econômico nas próximas décadas.

A realização desses investimentos implica explorar ao máximo a parceria do setor público com o setor privado e a capacidade e interesse do setor privado de investir na área de infra-estrutura, aproveitando a ampliação dos processos de privatização e concessão de serviços públicos.

A partir dessas premissas, foram selecionados determinados projetos, tanto na área de infra-estrutura, como na área social. Esses projetos, sendo básicos no sentido acima especificado, têm ainda a característica de guardar entre si estreita relação de complementaridade e sinergia espacial. Relação necessária, no caso dos projetos de infra-estrutura, a que se constituam e se fortaleçam redes integradas de transporte, energia e telecomunicações, indispensáveis quer para viabilizar em todas as suas potencialidades investimentos já iniciados pelo setor privado, quer para criar novas oportunidades de investimento. Relação necessária também no caso dos programas sociais, para que as políticas de governo resultem em efetiva melhoria das condições de vida da população brasileira.

A melhoria das condições de vida da população brasileira é, hoje, a uma só vez, um objetivo desejável do ponto de vista da coesão social e do fortalecimento do regime democrático e um requisito necessário à sustentação do crescimento econômico no longo prazo. As mudanças decorrentes dos processos associados de globalização econômica e ace-

leração do avanço tecnológico condenam ao fracasso as estratégias de desenvolvimento apoiadas na oferta de mão-de-obra barata e desqualificada. Hoje os investimentos tendem a migrar para espaços econômicos em que existam condições sociais compatíveis com padrões elevados de qualidade na produção, notadamente no que toca aos níveis de instrução da mão-de-obra, mas também às suas condições de vida de modo mais amplo. De tal modo que países empenhados em ter participação relevante nos fluxos de investimento, comércio e tecnologia estão obrigados a melhorar de modo sustentando e permanente as condições de educação, saúde, saneamento e habitação de sua população.

Daí que, além de individualmente importantes e complementares dentro de suas respectivas áreas, os projetos sociais e de infra-estrutura selecionados estão estreitamente associados entre si. Na verdade, eles formam ambos um único conjunto voltado para a dupla tarefa de inserir de modo competitivo o país na economia mundial e progredir no esforço permanente de superar os atrasos sociais que carregamos há séculos, visto que esses são processos que se alimentam mutuamente.

A seleção desses projetos obedece a uma finalidade operacional específica: submetê-los, a partir de agora, a um esquema especial de gerenciamento, de modo a redobrar a segurança do governo, da sociedade e dos investidores internos e externos quanto à sua efetiva realização. A característica fundamental desse esquema de gerenciamento é, portanto, estar inteiramente orientado para a produção dos resultados pretendidos, com os quais o governo, de modo público e transparente, se compromete (conforme item 3).

Dessa maneira, quer-se alcançar quatro objetivos conexos. Primeiro, orientar o processo orçamentário no biênio 1997-1998, com vistas a assegurar recursos para as prioridades definidas. Segundo, através de um sistema de acompanhamento permanentemente alimentado por informações atualizadas de cada um dos projetos, permitir a solução pronta e objetiva de eventuais dificuldades na sua execução. Terceiro, informar de modo preciso e adequado investidores cujas decisões dependam do andamento dos projetos selecionados, de tal modo a maximizar os efeitos multiplicadores dos projetos selecionados no próprio decorrer de sua execução. Quarto, por meio da divulgação competente dos resultados objetivos em cada uma das etapas-chave do projeto, mobilizar número

crescente de agentes públicos e privados, nacionais e externos, para que se crie ambiente ainda mais favorável ao investimento no Brasil.

Vale notar, por fim, que, em conformidade com o empenho continuado em favor da construção de um regime fiscal estruturalmente equilibrado, o programa respeita os limites orçamentários definidos, com o objetivo de promover o ajuste gradual das contas públicas.³ A observância desse objetivo exigiu realismo da parte do governo na definição de metas. Exigirá, além disso, esforço adicional importante no controle dos gastos correntes (pessoal, benefícios previdenciários e outros custos), bem como um esforço inédito de articulação dos investimentos públicos e privados, compreendido no desafio gerencial com o qual o governo está se comprometendo em definitivo.

3 Saliente-se a respeito que o conceito de investimento aqui adotado é mais amplo que o conceito que orienta a formulação da peça orçamentária, já que algumas rubricas correspondentes a “atividades”, tal como definidas no orçamento, representam, na verdade, e como tais são aqui consideradas, investimentos na capacitação de recursos humanos.

INTENSIFICAÇÃO DO GERENCIAMENTO

O gerenciamento da implantação dos investimentos é o fator crítico de sucesso dessa iniciativa governamental. O porte e a complexidade dos projetos demandam uma postura gerencial decididamente orientada para resultados e com grande capacidade de motivar e mobilizar todos os agentes econômicos e sociais executores e beneficiários desses investimentos.

A esse respeito, importa notar que a execução dos projetos ocorrerá num contexto de escassez de recursos, de interdependência entre investimentos públicos e privados, de conjugação de ações federais, estaduais e municipais, de articulação com projetos de países da região e de demandas sociais e econômicas prementes. Nessas condições, teremos que intensificar a gerência dos empreendimentos, conforme os seguintes princípios orientadores:

Definição do Empreendimento. Cada empreendimento deverá ser objeto de um ajuste preciso e inequívoco de seus objetivos, metas e diretrizes de implantação, com especificação dos indicadores de desempenho referentes à qualidade, aos custos e aos prazos, bem como especificação dos cronogramas físico e financeiro, consistentemente com os recursos aprovados e suas fontes.

Organização do Empreendimento. O gerenciamento de cada empreendimento deverá ser atribuído a um executivo da entidade res-

ponsável pela implantação do investimento. Esse profissional atuará, no âmbito da entidade, em dedicação exclusiva, e contará com os recursos humanos, físicos e financeiros necessários. O gerente deverá ser formalmente indicado, observando-se as disposições legais e estatutárias, segundo uma norma de coordenação que lhe proporcione a autoridade necessária para atuar matricialmente, dentro e fora da entidade executora, para implementar o projeto, conforme o planejamento aprovado. Essa delegação de autoridade, indispensável à eficácia do gerenciamento, não substitui a autoridade e a ação dos gestores dos respectivos ministérios e de suas entidades responsáveis pelos empreendimentos.

Cronograma Global do Empreendimento. Cada gerente deverá ajustar o cronograma global do empreendimento, com a indicação das datas de conclusão de etapas significativas de sua implantação, para facilitar o gerenciamento, orientar o planejamento de projetos de terceiros relacionados aos investimentos em questão, bem como motivar todos os agentes econômicos e sociais envolvidos no projeto.

Acompanhamento da Execução. A superação dos entraves à implantação dos investimentos exigirá ação constante e pró-ativa do gerente do empreendimento e de todos os gestores com responsabilidade direta, ao longo da linha de autoridade, especialmente do Ministro e do Executivo Principal da entidade responsável pela implantação do investimento.

Informações. O processo de implantação dos investimentos deverá gerar um fluxo de informações gerenciais, com objetivo de subsidiar os gestores, em todos os níveis, sobre o andamento dos trabalhos e eventuais entraves. Essas informações serão processadas e disseminadas, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, para facilitar a coordenação geral do conjunto de investimentos, bem como para agilizar o processo de tomada de decisão de parceiros, investidores e organismos de financiamento.

Processo de Implantação. Por último, mas de importância fundamental, a definição do processo de condução de cada empreendimento,

mediante as diretrizes de implantação. O empreendimento deve ser visto como um investimento da sociedade, com objetivos econômicos e sociais específicos. Mas também como um processo que possa produzir efeitos colaterais benéficos para a modernização do País. As diretrizes de implantação dos empreendimentos devem assim fomentar um processo mais geral de mudança, tão importante quanto os resultados finais do empreendimento. A construção de parcerias com os governos estaduais e municipais; a complementaridade de ações com o setor privado nacional e estrangeiro; o fortalecimento da integração com países vizinhos; a preservação ambiental; o desenvolvimento científico e tecnológico — todos esses são efeitos colaterais positivos que devem ser estimulados no curso do processo de gerenciamento. Em síntese, trata-se de fazer do esforço de investimento um vetor do processo mais amplo de mudança.

Nessa perspectiva, a intensificação do gerenciamento desses investimentos básicos tem também por objetivo ampliar a capacitação gerencial do aparelho do Estado, para desenvolver talentos e disseminar metodologias, em benefício da implementação, cada vez mais eficiente, da totalidade dos investimentos do Governo Federal.

Em resumo, os resultados esperados com a intensificação do gerenciamento dos projetos selecionados são:

1. criar ambiente favorável ao investimento privado nacional e estrangeiro;
2. promover o crescimento sustentável;
3. gerar empregos em quantidade compatível com a expansão da força de trabalho;
4. reduzir as disparidades sociais e regionais.

FONTES DE RECURSOS (1997-1998)

R\$ milhões						
Discriminação	Total	Fiscal	Externo	Privado	Est/Mun.	Outros
1. Pavimentação da BR-174	127,0	13,0	73,0	0,0	41,0	0,0
2. Gás natural de Urucu	788,0	0,0	0,0	190,0	0,0	598,0
3. Hidrovia do Madeira	15,6	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0
4. Recuperação BR-364/ 163	53,0	53,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5. Linha de transmissão de Tucuruí	226,0	0,0	0,0	0,0	58,0	168,0
6. Hidrovia do São Francisco	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7. Novo modelo de irrigação	2.043,2	371,5	663,7	1.002,0	6,0	0,0
8. PRÓ-ÁGUA	279,7	15,2	264,5	0,0	0,0	0,0
9. PRODETUR	201,0	26,1	100,0	0,0	74,9	0,0
10. Conclusão de Xingó	120,0	0,0	0,0	0,0	0,0	120,0
11. Sistema de transmissão associado à Xingó	215,0	0,0	0,0	215,0	0,0	0,0
12. Porto de Suape	113,0	0,0	51,0	0,0	62,0	0,0
13. Porto de Pecém	199,2	146,2	0,0	0,0	53,0	0,0
14. Descentralização e recuperação de rodovias	550,3	120,3	430,0	0,0	0,0	0,0
15. Hidrovia Tocantins — Araguaia	158,0	109,0	49,0	0,0	0,0	0,0
Hidrovia (1ª etapa)	50,0	30,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Pavimentação da BR-153	40,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ferrovia Norte—Sul	68,0	39,0	29,0	0,0	0,0	0,0
16. Ligação ferroviária Unai — Pirapora	250,0	0,0	0,0	250,0	0,0	0,0
17. FERRONORTE	443,0	176,0	0,0	250,0	17,0	0,0
Ferrovia	250,0	0,0	0,0	250,0	0,0	0,0
Ponte Rodoferroviária	193,0	176,0	0,0	0,0	17,0	0,0

Discriminação	Total	Fiscal	Externo	Privado	Est/Mun.	Outros
18. Modernização do porto de Sepetiba	311,9	167,9	0,0	144,0	0,0	0,0
19. Teleporto do Rio de Janeiro	488,0	0,0	0,0	260,0	20,0	208,0
20. Modernização do porto de Santos	1.304,3	54,3	238,0	1.000,0	0,0	12,0
Modernização	1.000,0	0,0	0,0	1.000,0	0,0	0,0
Ampliação de terminais	304,3	54,3	238,0	0,0	0,0	12,0
21. Duplicação da Fernão Dias	453,8	118,4	250,4	0,0	85,0	0,0
1ª etapa	82,9	33,3	49,6	0,0	0,0	0,0
2ª etapa	294,0	85,0	124,0	0,0	85,0	0,0
22. Conclusão hidrovía Tietê/Paraná	60,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23. Gasoduto Bolívia—Brasil	1.342,0	0,0	656,0	181,8	369,2	135,0
24. Interligação do sistema elétrico	738,0	0,0	0,0	568,0	0,0	170,0
25. Poste-Telecomunicações	16.130,0	0,0	0,0	7.785,0	0,0	8.345,0
26. Rodovia do Mercosul	599,7	162,6	355,1	82,0	0,0	0,0
Duplicação da São Paulo—Florianópolis	519,7	82,6	355,1	82,0	0,0	0,0
Duplicação da Florianópolis—Osório	80,0	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27. Reforma agrária	5.352,0	3.865,0	0,0	0,0	0,0	1.487,0
28. PRONAF	2.650,0	535,0	70,0	0,0	45,0	2.000,0
29. REFORSUS	426,8	1,8	375,0	0,0	50,0	0,0
30. Combate à mortalidade infantil	1.956,0	1.956,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Combate à desnutrição	683,6	683,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Vacinação	88,4	88,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Ações de saneamento básico	788,0	788,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Discriminação	Total	Fiscal	Externo	Privado	Est/Mun.	Outros
Programa de agentes comunitários	396,0	396,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31. Valorização do magistério	823,0	823,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32. Recursos centralizados na escola	308,0	308,0	0,0	0,0	0,0	0,0
33. Educação a distância	72,0	30,0	0,0	0,0	0,0	42,0
34. Pró-saneamento	1.725,0	0,0	0,0	0,0	345,0	1.380,0
35. PASS e PASS/BID	939,7	657,4	125,6	0,0	156,7	0,0
36. Habitar-Brasil	557,6	500,0	0,0	0,0	57,6	0,0
37. Carta de crédito	2.967,0	0,0	0,0	289,0	0,0	2.678,0
38. Pró-moradia	1.652,0	0,0	0,0	0,0	496,0	1.156,0
39. Proemprego	4.748,9	0,0	0,0	549,9	1.033,6	3.165,4
Infra-estrutura para a competitividade	1.794,9	0,0	0,0	299,0	299,0	1.197,0
Transporte coletivo de massa	1.811,6	0,0	0,0	0,0	603,4	1.208,2
Revitalização de setores industriais	357,7	0,0	0,0	119,7	0,0	238,0
Infra-estrutura para o turismo	420,7	0,0	0,0	70,4	70,4	280,0
Saneamento	364,0	0,0	0,0	60,9	60,9	242,2
40. Plano Nacional de Qualificação e Requalificação Profissional	580,0	0,0	0,0	0,0	0,0	580,0
41. Programa de Crédito Produtivo Popular	234,0	0,0	0,0	0,0	0,0	234,0
42. PROGER	2.156,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.156,0
TOTAL	54.359,7	10.287,3	3.701,3	12.766,7	2.970,0	24.634,4

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL R\$ milhões	META	AGENTES
1. PAVIMENTAÇÃO DA BR-174	167,0	624 km de estrada	DNER/MT e Estados do AM e RR
2. GÁS NATURAL DE URUCU	1.635,8	Produção de 4 milhões de m³/dia.	PETROBRÁS, ELETROBRÁS e setor privado
3. HIDROVIA DO MADEIRA	24,0	1.056 km em condições adequadas de navegação.	AHIMOR/MT
4. RECUPERAÇÃO DA BR-364	60,2	Restauração de 560 km da rodovia.	DNER/MT
5. LINHA DE TRANSMISSÃO DE TUCURUI	236,0	Instalação de linha de transmissão de 662 km.	ELETRONORTE/CELPA
6. HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO	11,0	1.371 km em condições adequadas de navegação.	FRANAVA/MT
7. NOVO MODELO DE IRRIGAÇÃO	2.487,5	Irrigação de mais 582 mil ha.	MMA/SRH
8. PRÓ-ÁGUA	279,7	Melhorar suprimento de água no Nordeste.	MMA/SRH, Estados e Municípios.
9. PRODETUR	800,0	Melhorar a infra-estrutura de turismo, em especial na região Nordeste.	BID, BNB, INFRAERO, Estados, BNDES

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL R\$ milhões	META	AGENTES
10. CONCLUSÃO DE XINGÓ	227,0	Montar e instalar 3 turbinas, para ofertar 1.500 mw.	CHESF
11. SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A XINGÓ	273,0	Instalar 5 linhas de transmissão e 14 sub-estações.	CHESF
12. PORTO DE SUAPE	172,0	Criar infra-estrutura para investimentos privados.	Estado de Pernambuco
13. PORTO DE PECÉM	220,0	Criar infra-estrutura para investimentos privados.	STA/MT, Estado do Ceará
14. RECUPERAÇÃO DESCENTRALIZADA DE RODOVIAS	720,0	13 mil km de rodovias.	DNER/MT
15. HIDROVIA TOCANTINS — ARAGUAIA	222,4	Completar corredor intermodal.	
Hidrovia (1ª etapa) Pavimentação da BR-153 Ferrovia Norte—Sul	114,4	2.230 km	AHITA/MT
	40,0	150 km	DNER/MT
	68,0	120 km	VALEC/MT
16. LIGAÇÃO FERROVIÁRIA UNAI—PIRAPORA	250,0	285 km de ferrovia.	C.V.R.D.

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL R\$ milhões	META	AGENTES
17. FERRONORTE	1.325,7	Completar ferrovia e ponte rodoviária.	
18. MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE SEPETIBA	351,4	Dragagem de 22 km e construção de cais de uso múltiplo.	Privado, MT, Estado de São Paulo
19. TELEPORTO	887,8	Construção de edifícios com 381 mil m ² , dotados de sofisticada infraestrutura de telecomunicações.	TELEBRÁS, Prefeitura do Rio de Janeiro, privado
20. MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	1.958,0	Construção de terminais e aumento sistêmico da eficiência operacional.	Privado, CDSP, União
21. DUPLICAÇÃO DA FERNÃO DIAS	1.083,8	540 km da rodovia.	DNER/MT, Estados de São Paulo e Minas Gerais
22. CONCLUSÃO DA HIDROVIA TIETÊ—PARANA	60,0	Conclusão da eclusa de Jupia.	MT/CESP
23. GASODUTO BOLÍVIA—BRASIL	1.499,0	3.000 mil km de dutos com capacidade de transporte de até 30 milhões de m ³ por dia.	PETROBRÁS, privado
24. INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO	738,0	Instalar linha de transmissão de 1.000 km.	ELETOBRÁS

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

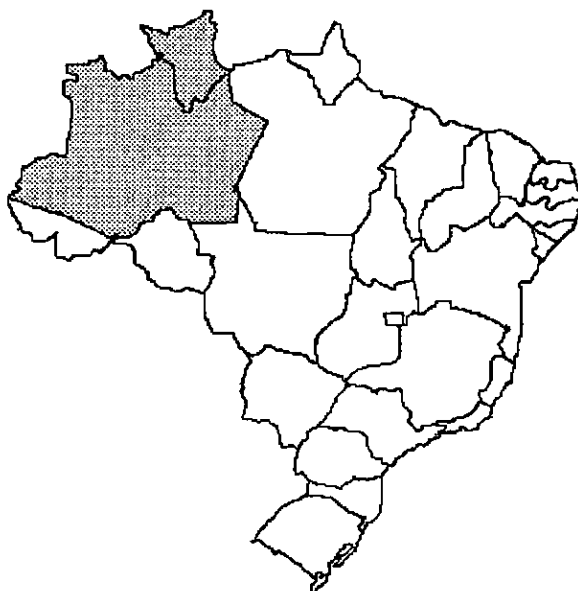
DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL R\$ milhões	META	AGENTES
25. PASTE-TELECOMUNICAÇÕES	32.200,0	24,9 milhões de telefones fixos e 9 milhões de telefones celulares, entre outras metas.	TELEBRÁS, privado
26. RODOVIA DO MERCOSUL	1.498,0	1.070 km de rodovia.	DNER/MT
27. REFORMA AGRÁRIA	7.215,0	Assentar 180 mil famílias.	MERF/INCRA, Estados, Municípios
28. PRONAF	3.072,0	Atendimento em 1.125 municípios.	MAA/SDR
29. REFORSUS	426,8	329 unidades de saúde.	MS, Estados, Municípios, entidades filantrópicas, BNDES, BB
30. COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL	1.956,0	Reduzir à metade a mortalidade infantil.	MS, Estados, Municípios, conselhos e comissões intergestoras de saúde
Combate à desnutrição	683,6	Beneficiar 7,7 milhões de mães e menores de 5 anos.	MS/INAN
Vacinação	88,4	Por ano, 6,2 milhões de menores de 5 anos e 7,3 milhões de mulheres em idade fértil.	MS/FNS
Ações de Saneamento Básico	788,0	Beneficiar 330 mil famílias.	MS/FNS

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL, R\$ milhões	META	AGENTES
Programas de Agentes Comunitários	396,0	Ampliar em 20 mil o contingente.	MS/SAS
31. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	823,0	Remuneração mínima para os professores e gasto mínimo de R\$ 300,00 por aluno.	MEC/FNDE, Estados, Municípios
32. RECURSOS CENTRALIZADOS NA ESCOLA	518,0	Abranger 180 mil escolas.	MEC/FNDE
33. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	76,2	Abranger 140 mil escolas.	MEC/FNDE/SEED
34. PRÓ-SANEAMENTO	1.725,0	Beneficiar 1 milhão de famílias	MPO/SEPURB, Estados, Municípios, conselhos estaduais, municipais e empresas de saneamento
35. PROGRAMA DE AÇÃO EM SANEAMENTO	939,7	Beneficiar 900 mil famílias.	MPO/SEPURB, CEF, Estados e Municípios
36. HABITAR-BRASIL	557,6	Beneficiar 250 mil famílias.	MPO/SEPUR, Estados e Municípios
37. CARTA DE CRÉDITO	2.967,0	Beneficiar 200 mil famílias.	Agentes financeiros, COHABs, CEF
38. PRÓ-MORADIA	1.652,0	Beneficiar 230 mil famílias	Estados, Municípios e agentes financeiros

INVESTIMENTOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR GLOBAL, R\$ milhões	META	AGENTES
39. PROEMPREGO	4.748,9	Gerar empregos	BNDES, CODEFAT, Estados, Municípios, privado
40. PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	580,0	750 mil trabalhadores/ano.	MTb/ CODEFAT, Estados e Municípios
41. PROGRAMA DE CRÉDITO PRODUTIVO POPULAR	234,0	Democratização do crédito.	BNDES e Estados
42. PROGER	2.156,0	Gerar 338 mil empregos.	MTb /EAT, BB, BNB, FINEP
TOTAL	79.034,5		

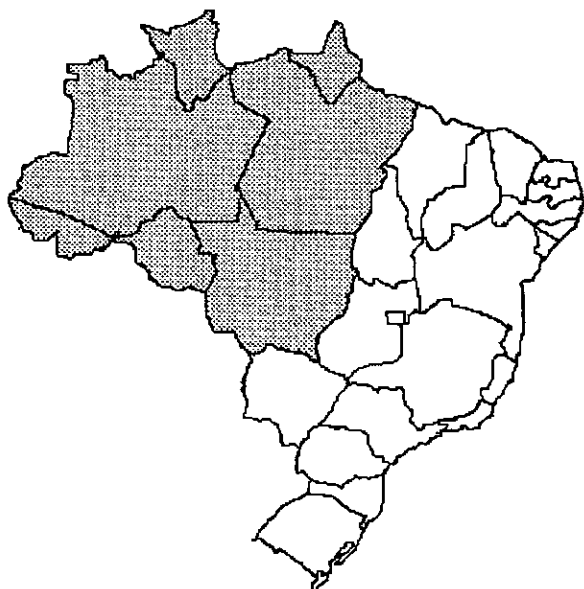


Projeto: 1 - PAVIMENTAÇÃO DA BR-174

Objetivos: Ligar o Brasil à Venezuela, por Manaus e Boa Vista, por meio de 624 km de estrada, abrindo uma saída do país para o Caribe, até 1998.

Agentes: DNER/MT e Estados do AM e RR

Valor global:	R\$ 167,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 127,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 13,0 milhões
De origem externa:	R\$ 73,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 41,0 milhões
De outras origens:	—

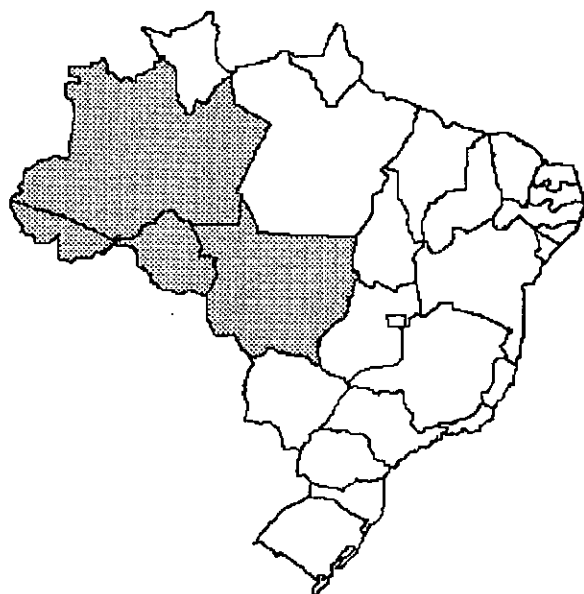


Projeto: 2 - GÁS NATURAL DE URUCU

Objetivos: Produzir 4 milhões de m³/dia, para viabilizar a produção de energia a custos reduzidos na região amazônica, até 1998.

Agentes: PETROBRÁS, ELETROBRÁS e setor privado

Valor Global:	R\$ 1.635,8 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 788,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 190,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 598,0 milhões

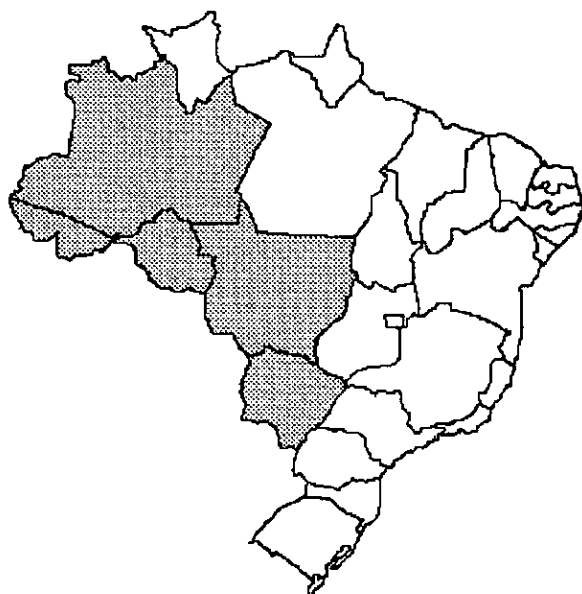


Projeto: 3 - **HIDROVIA DO MADEIRA**

Objetivos: Baratear o escoamento de grãos produzidos na região compreendida entre Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, assegurando condições de navegação por 1.056 km de rio, até 1999.

Agentes: AHIMOR/MT

Valor Global:	R\$ 24,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 15,6 milhões
De origem fiscal:	R\$ 15,6 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 4 - RECUPERAÇÃO DA BR-364 / 163

Objetivos: Restaurar 560 km do principal eixo rodoviário de escoamento de grãos do extremo oeste (AC, AM, RO, MT e MS), até 1998.

Agentes: DNER/MT

Valor Global:	R\$ 60,2 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 53,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 53,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 5 - LINHA DE TRANSMISSÃO DE TUCURUÍ

Objetivos: Assegurar suprimento de eletricidade na região oeste do Pará, entre Tucuruí e Santarém, até 1998.

Agentes: ELETRONORTE/CELPA

Valor Global:	R\$ 236,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 226,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 58,0 milhões
De outras origens:	R\$ 168,0 milhões

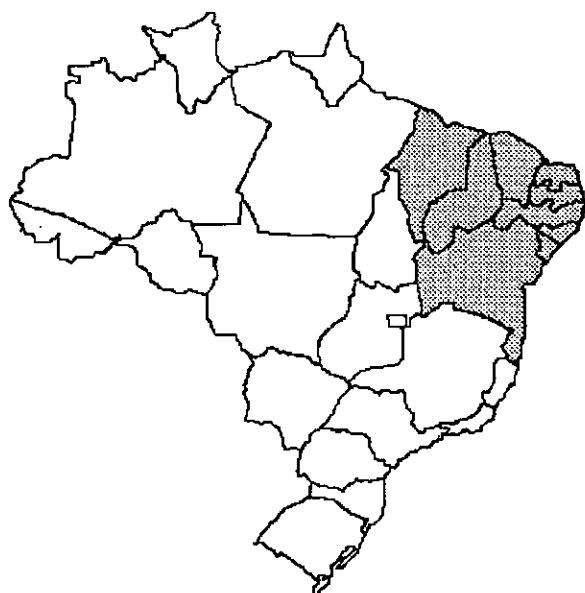


Projeto: 6 - **HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO**

Objetivos: Baratear o abastecimento de alimentos à Região Nordeste e reduzir os custos de transporte das culturas de exportação às margens do São Francisco, que terá 1.371 km em condições adequadas de navegação, até 1997.

Agentes: FRANAVA/MT

Valor Global:	R\$ 11,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 2,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 2,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

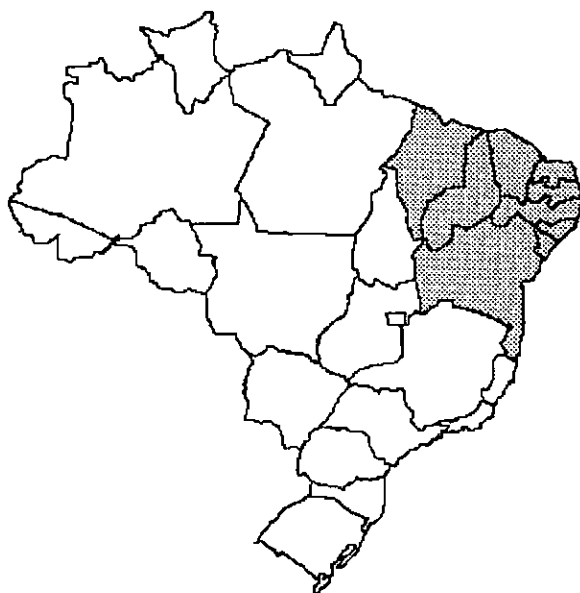


Projeto: 7 - NOVO MODELO DE IRRIGAÇÃO

Objetivos: Viabilizar expansão de 582.000 ha. de culturas irrigadas, com participação do setor privado, em especial no semi-árido nordestino, até 1998.

Agentes: MMA/SRH

Valor Global:	R\$ 2.487,5 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 2.043,2 milhões
De origem fiscal:	R\$ 371,5 milhões
De origem externa:	R\$ 663,7 milhões
Do setor privado:	R\$ 1.002,0 milhões
De Estados e Municípios:	R\$ 6,0 milhões
De outras origens:	—

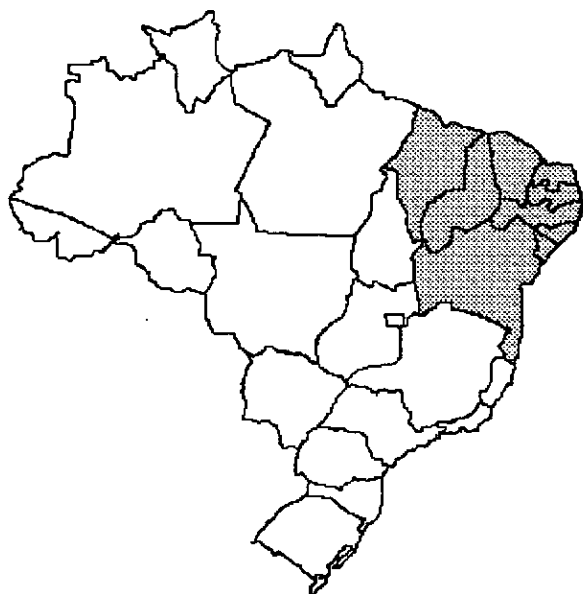


Projeto: **8 - PRÓ-ÁGUA**

Objetivos: Ampliar fornecimento de água para a produção e o consumo humano, em especial no semi-árido nordestino, no biênio 1997-1998.

Agentes: MMA/SRH, Estados e Municípios.

Valor Global:	R\$ 279,7 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 279,7 milhões
De origem fiscal:	R\$ 15,2 milhões
De origem externa:	R\$ 264,5 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

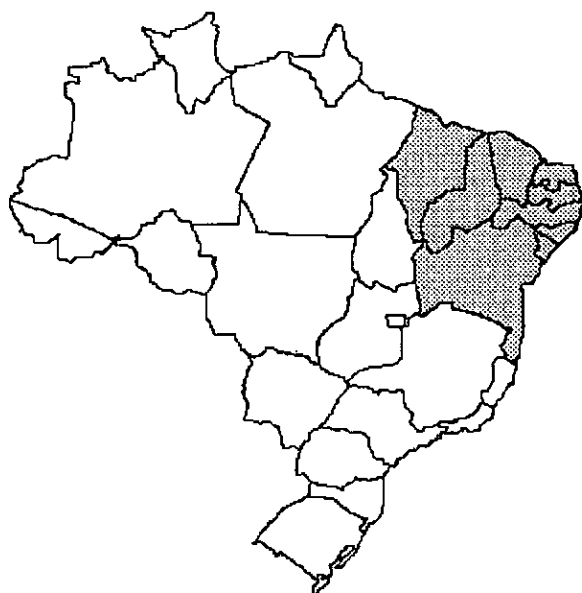


Projeto: 9 - PRODETUR

Objetivos: Melhorar a infra-estrutura de turismo, inclusive aeroportos, para gerar renda e empregos, em especial na Região Nordeste, entre 1997 e 1999.

Agentes: BID, BNB, INFRAERO, Estados, BNDES

Valor Global:	R\$ 800,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 201,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 26,1 milhões
De origem externa:	R\$ 100,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 74,9 milhões
De outras origens:	—

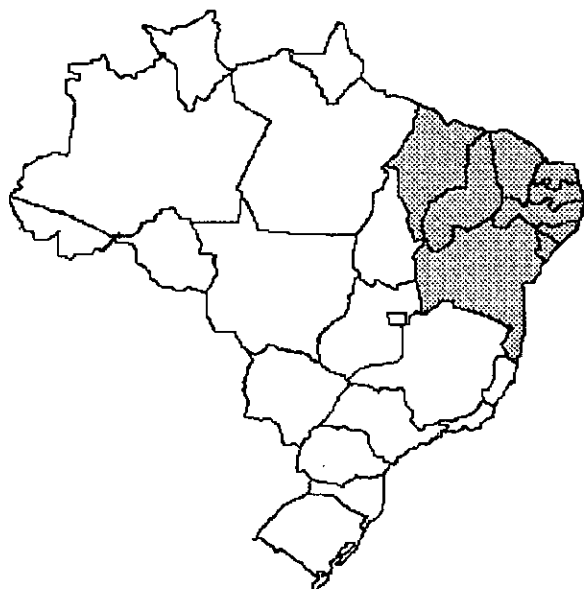


Projeto: 10 - CONCLUSÃO DE XINGÓ

Objetivos: Montar e instalar turbinas restantes, até 1997, para melhorar suprimento de energia na Região Nordeste.

Agentes: CHESF

Valor Global:	R\$ 227,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 120,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 120,0 milhões



Projeto: 11 - SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À XINGÓ

Objetivos: Melhorar o suprimento de energia na Região Nordeste

Agentes: CHESF

Valor Global:	R\$ 273,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 215,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 215,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 12 - PORTO DE SUAPE

Objetivos: Criar infra-estrutura para atração de investimentos privados, até 1999.

Agentes: Estado de Pernambuco

Valor Global:	R\$ 172,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 113,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	R\$ 51,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 62,0 milhões
De outras origens:	—

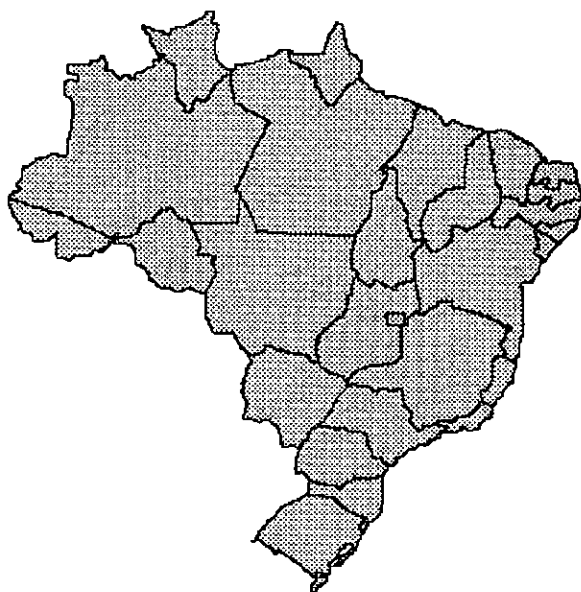


Projeto: 13 - PORTO DE PECÉM

Objetivos: Criar infra-estrutura para atração de investimentos privados, até 1998.

Agentes: STA/MT, Estado do Ceará

Valor Global:	R\$ 220,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 199,2 milhões
De origem fiscal:	R\$ 146,2 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 53,0 milhões
De outras origens:	—

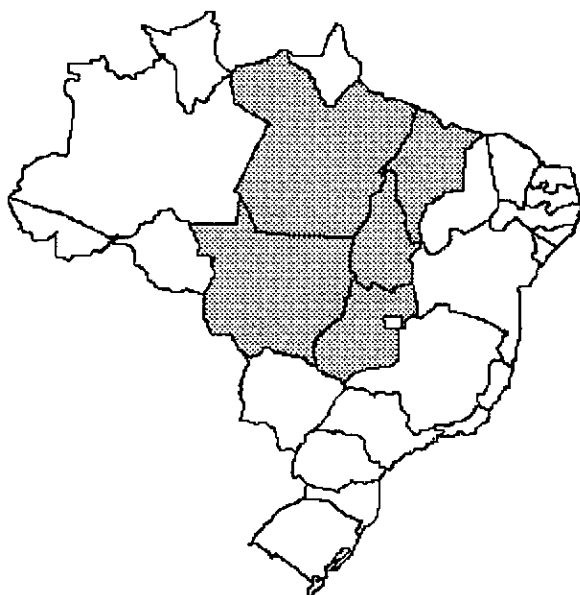


Projeto: 14 - DESCENTRALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

Objetivos: Melhorar condições de segurança e diminuir custos de transporte em 13.000 km de rodovias, até 1999.

Agentes: DNER/MT

Valor Global:	R\$ 720,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 550,3 milhões
De origem fiscal:	R\$ 120,3 milhões
De origem externa:	R\$ 430,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 15 - HIDROVIA TOCANTINS—ARAGUAIA

Objetivos: Completar corredor intermodal, até 1999, visando a incrementar a produção de grãos no Centro-Oeste e no Maranhão.

Agentes:

Valor Global:	R\$ 222,4 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 158,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 109,0 milhões
De origem externa:	R\$ 49,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

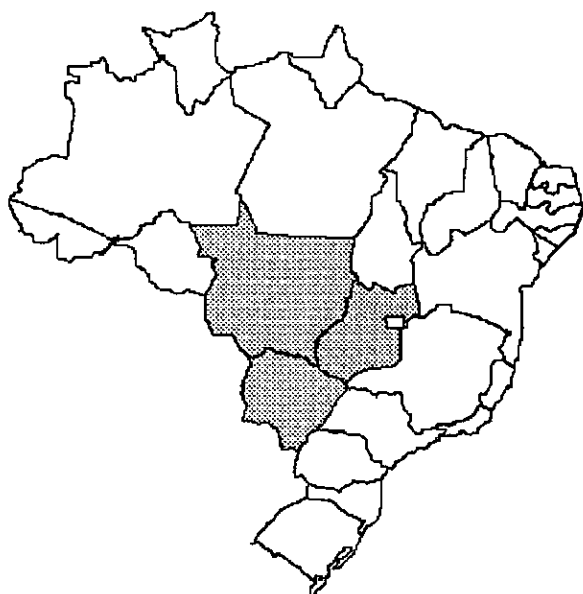


Projeto: 16 - LIGAÇÃO FERROVIÁRIA UNAÍ—PIRAPORA

Objetivos: Completar o corredor de exportação de grãos (285 km de ferrovia) ligando o Centro-Oeste ao porto de Tubarão, no Espírito Santo, até 1998.

Agentes: C.V.R.D.

Valor Global:	R\$ 250,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 250,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 250,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 17 - FERRONORTE

Objetivos: Completar toda a intermodalidade, até 1998, para baratear o escoamento de grãos produzidos no MS, MT e GO para a Região Sudeste e seus portos.

Agentes: Privado, MT, Estado de São Paulo

Valor Global:	R\$ 1.325,7 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 443,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 176,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 250,0 milhões
De Estados e Municípios:	R\$ 17,0 milhões
De outras origens:	—



Projeto: 18 - MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE SEPETIBA

Objetivos: Ampliar a capacidade operacional do porto para cargas em geral (dragagem de 22 km e construção de cais de uso múltiplo), no biênio 1997-1998.

Agentes: Privado, MT

Valor Global:	R\$ 351,4 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 311,9 milhões
De origem fiscal:	R\$ 167,9 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 144,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—



Projeto: 19 - TELEPORTO DO RIO DE JANEIRO

Objetivos: Criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento de pólo de serviços no Rio de Janeiro e melhorar a logística de transporte no Estado.

Agentes: TELEBRÁS, Prefeitura do Rio de Janeiro, privado

Valor Global:	R\$ 887,8 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 488,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 260,0 milhões
De Estados e Municípios:	R\$ 20,0 milhões
De outras origens:	R\$ 208,0 milhões



Projeto: 20 - MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Objetivos: Aumentar a eficiência operacional do porto, de modo a reduzir custos de exportação, no biênio 1997-1998.

Agentes: Privado, CDSP, união

Valor Global:	R\$ 1.958,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 1.304,3 milhões
De origem fiscal:	R\$ 54,3 milhões
De origem externa:	R\$ 238,0 milhões
Do setor privado:	R\$ 1.000,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 12,0 milhões



Projeto: 21 - DUPLICAÇÃO DA FERNÃO DIAS

Objetivos: Completar duplicação (540 km de rodovia) até 1999, para melhorar condições de segurança e reduzir custos de transporte, assegurando expansão dos investimentos no eixo São Paulo—Belo Horizonte.

Agentes: DNER/MT, Estados de São Paulo e Minas Gerais

Valor Global:	R\$ 1.083,8 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 453,8 milhões
De origem fiscal:	R\$ 118,4 milhões
De origem externa:	R\$ 250,4 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 85,0 milhões
De outras origens:	—



Projeto: 22 - CONCLUSÃO DA HIDROVIA TIETÊ—PARANÁ

Objetivos: Concluir a eclusa de Jupia, para assegurar plena navegação da hidrovia, até 1998.

Agentes: MT/CESP

Valor Global: R\$ 60,0 milhões

Total para o biênio 1997/98: R\$ 60,0 milhões

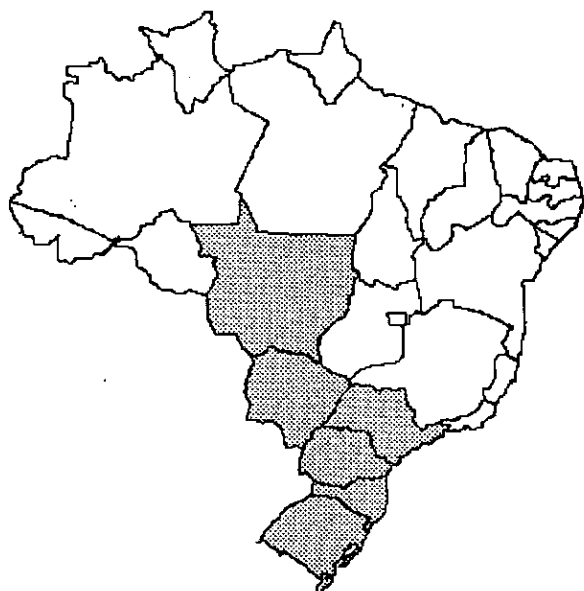
De origem fiscal: R\$ 60,0 milhões

De origem externa: —

Do setor privado: —

De Estados e Municípios: —

De outras origens: —



Projeto: 23 - GASODUTO BOLÍVIA—BRASIL

Objetivos: Construir 3.000 km de dutos com capacidade de transporte de 30 milhões de m³/dia de gás natural, estimulando a indústria ligada à utilização desse insumo energético menos danoso ao ambiente.

Agentes: PETROBRÁS, privado

Valor Global:	R\$ 1.499,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 1.342,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	R\$ 656,0 milhões
Do setor privado:	R\$ 181,8 milhões
De Estados e Municípios:	R\$ 369,2 milhões
De outras origens:	R\$ 135,0 milhões

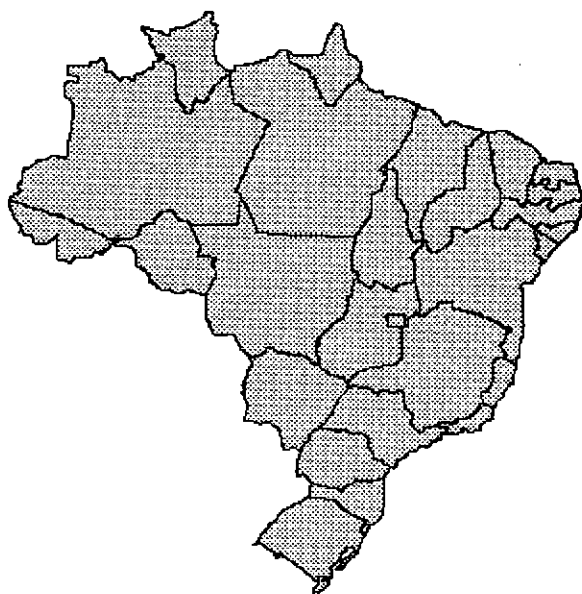


Projeto: 24 - INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Objetivos: Completar a ligação da maior parte do sistema elétrico brasileiro, para evitar colapsos de energia, em especial na Região Sudeste.

Agentes: ELETROBRÁS

Valor Global:	R\$ 738,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 738,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 568,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 170,0 milhões

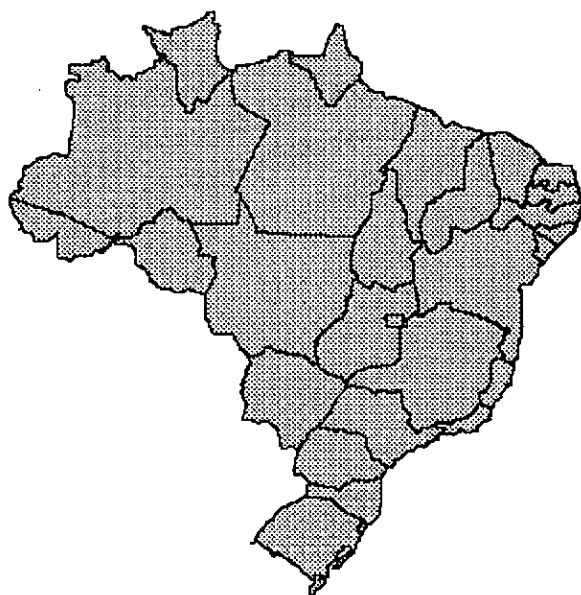


Projeto: 25 - PASTE-TELECOMUNICAÇÕES

Objetivos: Promover salto de qualidade na infra-estrutura de telecomunicações (24,9 milhões de telefones fixos e 9 milhões de telefones celulares, entre outras metas), até 1999.

Agentes: TELEBRÁS, privado

Valor Global:	R\$ 32.200,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 16.130,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 7.785,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 8.345,0 milhões

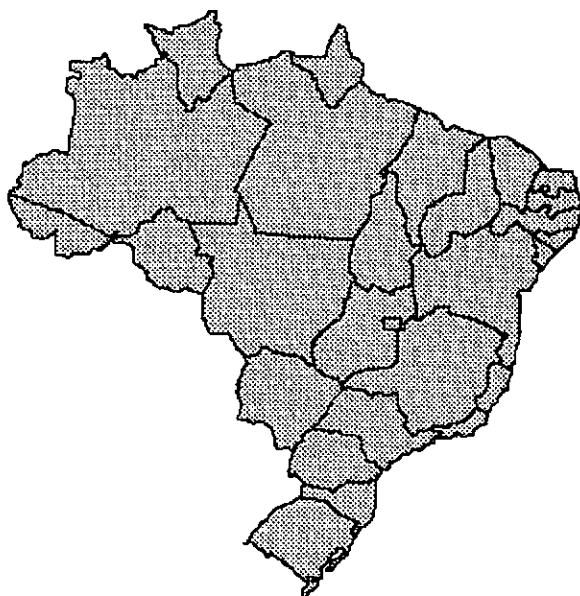


Projeto: 26 - RODOVIA DO MERCOSUL

Objetivos: Melhorar condições de segurança e reduzir custos de transporte em toda a extensão do eixo São Paulo—Rio Grande do Sul (1.070 km de rodovia), até 1999, fortalecendo integração ao Mercosul.

Agentes: DNER/MT

Valor Global:	R\$ 1.498,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 599,7 milhões
De origem fiscal:	R\$ 162,6 milhões
De origem externa:	R\$ 355,1 milhões
Do setor privado:	R\$ 82,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

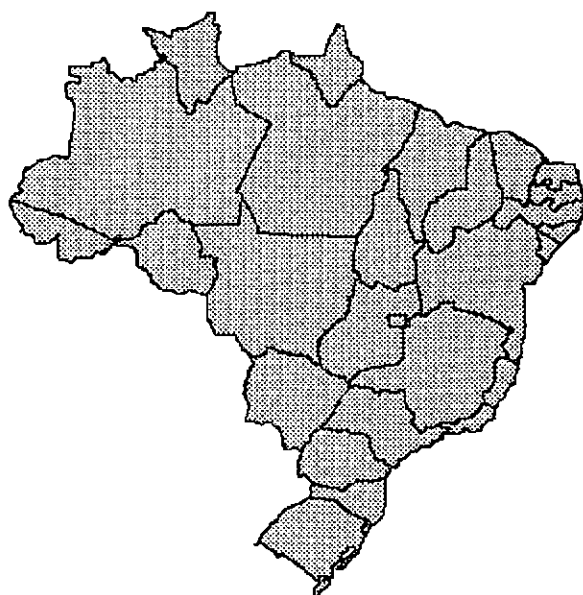


Projeto: 27 - REFORMA AGRÁRIA

Objetivos: Assentar, com condições de produção, 180.000 famílias, no período 1997-1998.

Agentes: MERF/INCRA, Estados, Municípios

Valor Global:	R\$ 7.215,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 5.352,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 3.865,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 1.487,0 milhões

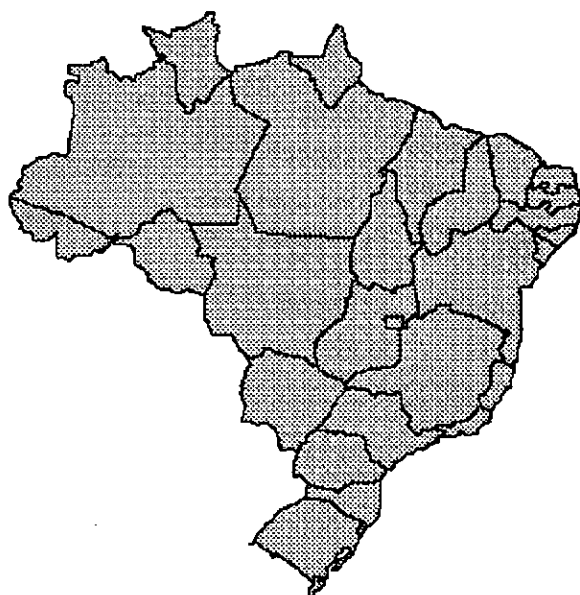


Projeto: 28 - PRONAF

Objetivos: Oferecer crédito e condições de produção e comercialização a pequenos agricultores em 1.125 Municípios, no período 1997-1998.

Agentes: MAA/SDR

Valor Global:	R\$ 3.072,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 2.650,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 535,0 milhões
De origem externa:	R\$ 70,0 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 45,0 milhões
De outras origens:	R\$ 2.000,0 milhões



Projeto: 29 - REFORSUS

Objetivos: Reformar, completar ou ampliar a construção de 329 hospitais, prontos-socorros e santas-casas, colocando-os em pleno funcionamento, até 1988.

Agentes: MS, Estados, Municípios, entidades filantrópicas, BNDES, BB

Valor Global: R\$ 426,8 milhões

Total para o biênio 1997/98: R\$ 426,8 milhões

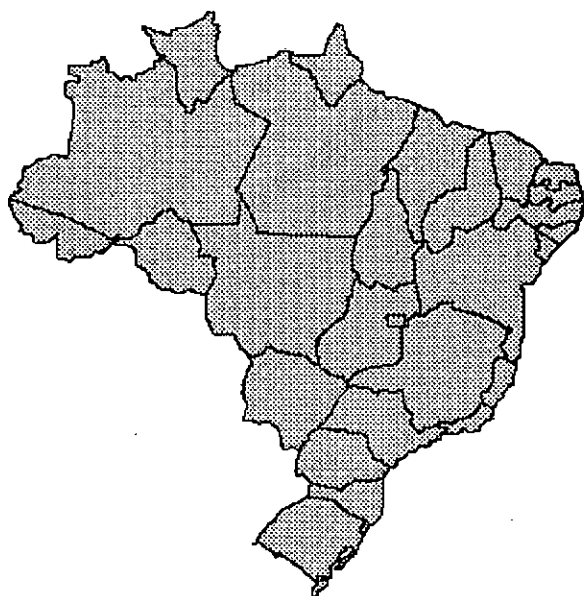
De origem fiscal: R\$ 1,8 milhões

De origem externa: R\$ 375,0 milhões

Do setor privado: —

De Estados e Municípios: R\$ 50,0 milhões

De outras origens: —

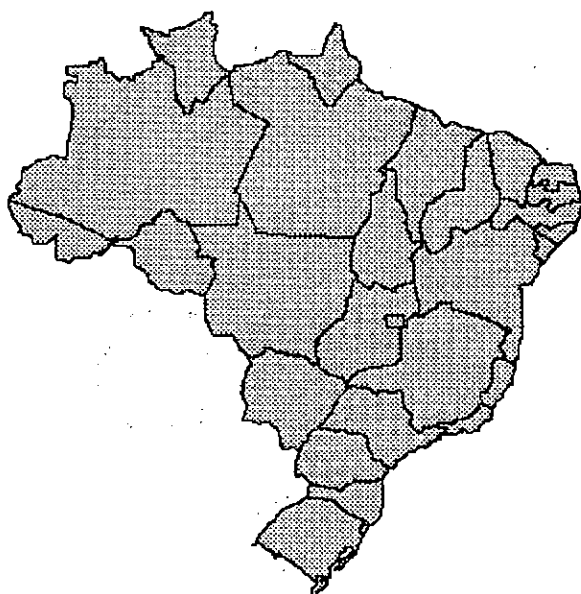


Projeto: 30 - COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL

Objetivos: Reduzir à metade a mortalidade infantil (menos de 23 mortos por 1.000 nascidos vivos), até 1999.

Agentes: MS, Estados, Municípios, conselhos e comissões intergestores de saúde

Valor Global:	R\$ 1.956,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 1.956,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 1.956,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

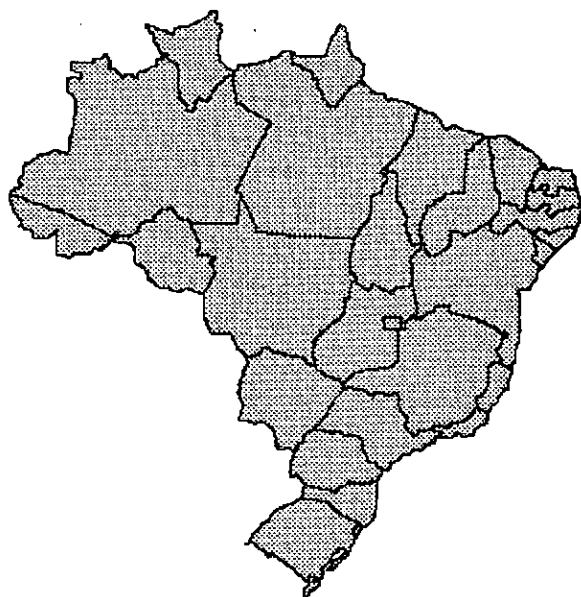


Projeto: 31 - VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Objetivos: Melhorar substancialmente a remuneração dos professores do ensino fundamental nas regiões mais pobres do país, no período 1997-1998.

Agentes: MEC/FNDE, Estados, Municípios

Valor Global:	R\$ 823,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 823,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 823,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

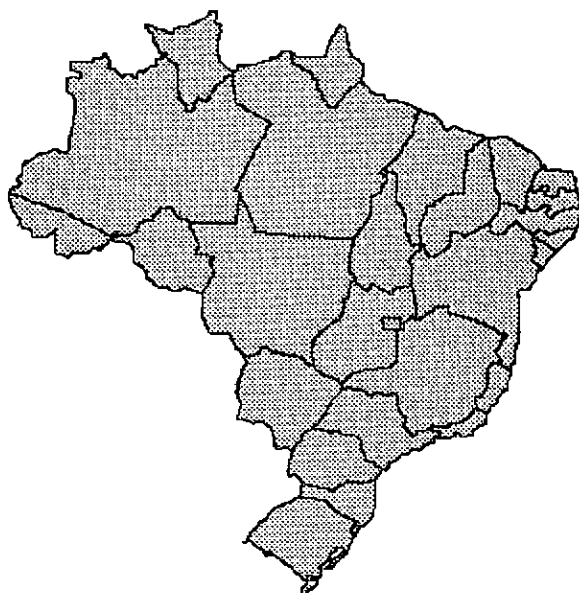


Projeto: 32 - RECURSOS CENTRALIZADOS NA ESCOLA

Objetivos: Fazer com que os recursos cheguem diretamente a 180.000 escolas, sem burocracia e desperdício de dinheiro público, no período 1997-1998.

Agentes: MEC/FNDE

Valor Global:	R\$ 518,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 308,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 308,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	—

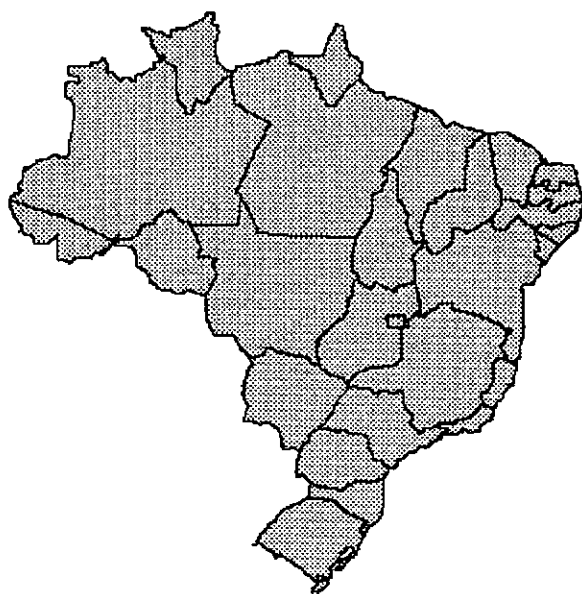


Projeto: 33 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Objetivos: Equipar 140.000 escolas com TVs, vídeos e antenas parabólicas, para promover amplo treinamento de professores através de programação especializada, no período 1997-1998.

Agentes: MEC/FNDE/SEED

Valor Global:	R\$ 76,2 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 72,0 milhões
De origem fiscal:	R\$ 30,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 42,0 milhões

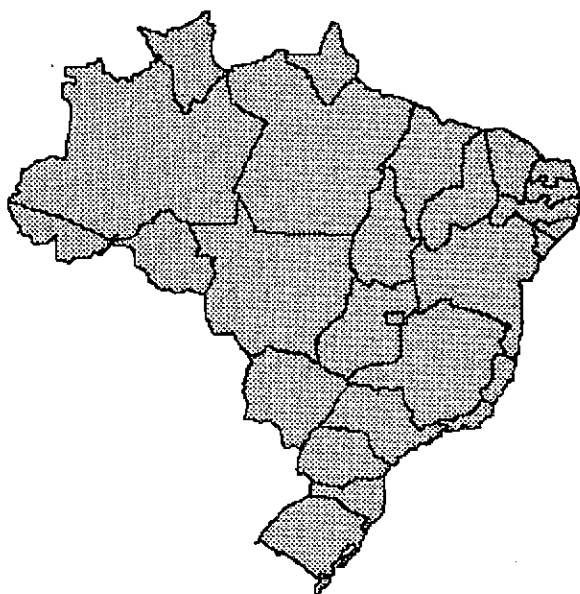


Projeto: 34 - PRÓ-SANEAMENTO

Objetivos: Estender as redes de água e esgoto para atendimento de quase 1 milhão de famílias, até 1998.

Agentes: MPO/SEPURB, Estados, Municípios, conselhos estaduais, municipais e empresas de saneamento

Valor Global:	R\$ 1.725,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 1.725,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 345,0 milhões
De outras origens:	R\$ 1.380,0 milhões

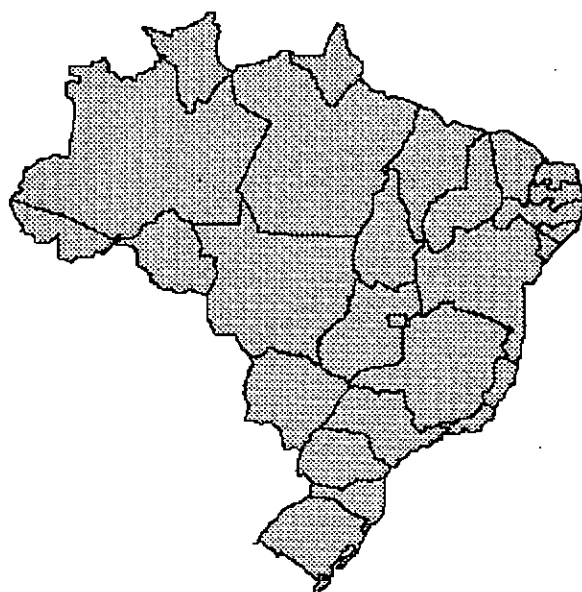


Projeto: 35 - PROGRAMA DE AÇÃO EM SANEAMENTO

Objetivos: Providenciar, até 1998, água e esgoto para 900.000 famílias vivendo em localidades de grande concentração de pobreza.

Agentes: MPO/SEPURB, CEF, Estados e Municípios

Valor Global:	R\$ 939,7 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 939,7 milhões
De origem fiscal:	R\$ 657,4 milhões
De origem externa:	R\$ 125,6 milhões
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 156,7 milhões
De outras origens:	—

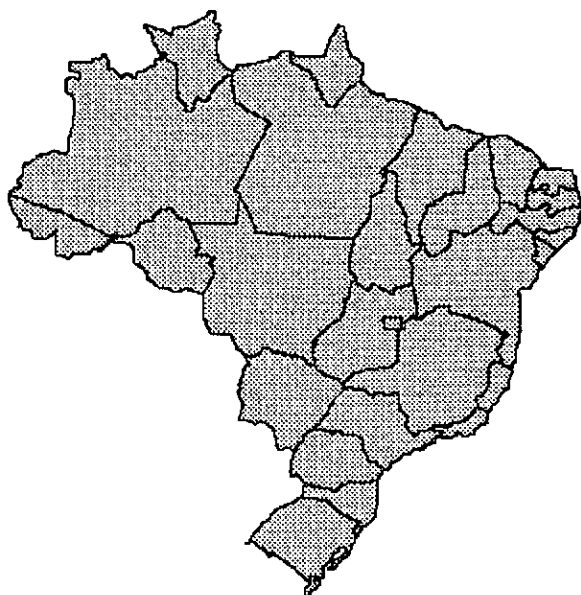


Projeto: 36 - HABITAR-BRASIL

Objetivos: Melhorar as condições de habitação de 250.000 famílias de baixa renda, até 1998.

Agentes: MPO/SEPURB, Estados e Municípios

Valor Global:	R\$ 557,6 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 557,6 milhões
De origem fiscal:	R\$ 500,0 milhões
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 57,6 milhões
De outras origens:	—

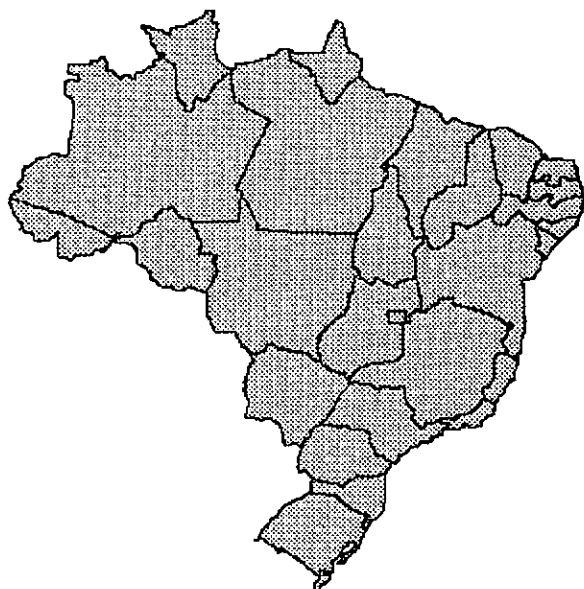


Projeto: 37 - CARTA DE CRÉDITO

Objetivos: Financiar reforma ou compra de imóvel ou terreno para pessoas com rendimentos de até 12 salários mínimos, beneficiando 200.000 famílias, até 1998.

Agentes: Agentes financeiros, COHABs, CEF

Valor Global:	R\$ 2.967,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 2.967,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	R\$ 289,0 milhões
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 2.678,0 milhões

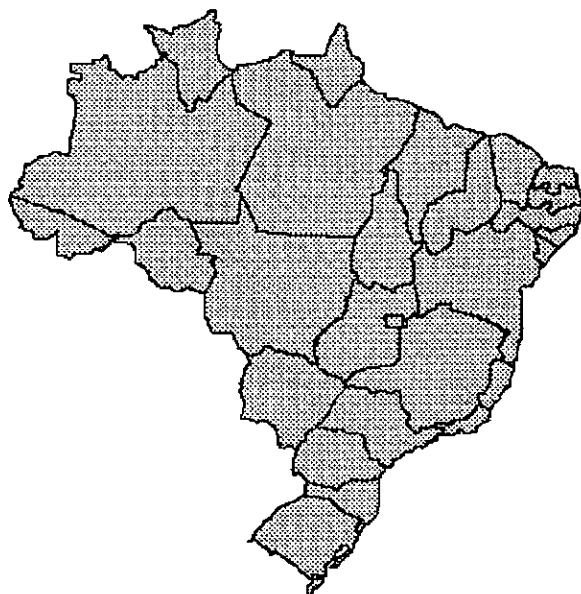


Projeto: 38 - PRÓ-MORADIA

Objetivos: Melhorar as condições de moradia de 236.000 famílias de baixa renda, até 1998, em especial as que habitem áreas de risco de enchentes e desabamentos e áreas de proteção ambiental.

Agentes: Estados, Municípios e agentes financeiros

Valor Global:	R\$ 1.652,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 1.652,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	R\$ 496,0 milhões
De outras origens:	R\$ 1.156,0 milhões



Projeto: 39 - PROEMPREGO

Objetivos: Gerar empregos mediante investimentos em setores intensivos em mão-de-obra, como saneamento e transporte urbano de massas, entre outros.

Agentes: BNDES, CODEFAT, Estados, Municípios, privado

Valor Global: R\$ 4.748,9 milhões

Total para o biênio 1997/98: R\$ 4.748,9 milhões

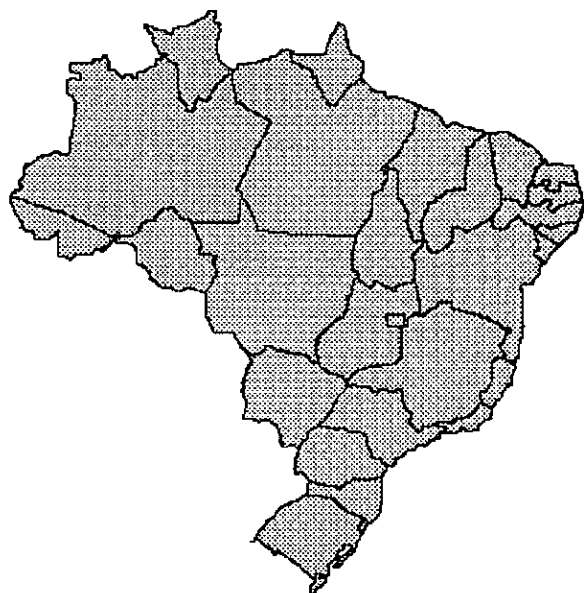
De origem fiscal: —

De origem externa: —

Do setor privado: R\$ 549,9 milhões

De Estados e Municípios: R\$ 1.033,6 milhões

De outras origens: R\$ 3.165,4 milhões

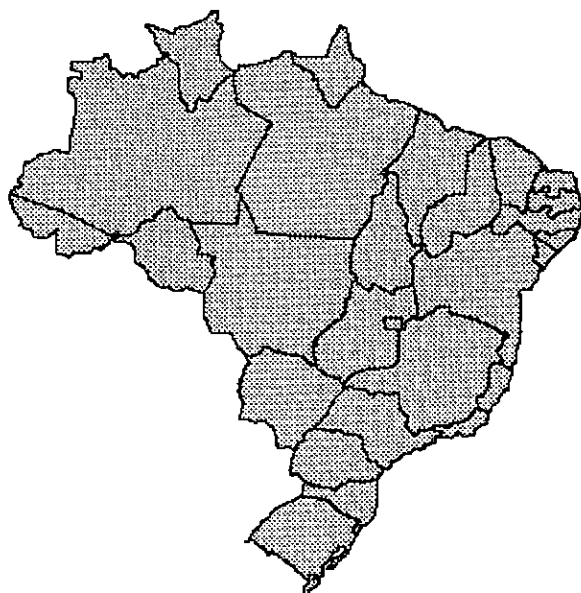


Projeto: 40 - PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E RE-QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivos: Qualificar e requalificar 750.000 trabalhadores por ano, em especial desempregados, com baixa escolaridade ou de setores em forte processo de reestruturação.

Agentes: MTb/ CODEFAT, Estados e Municípios

Valor Global:	R\$ 580,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 580,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 580,0 milhões

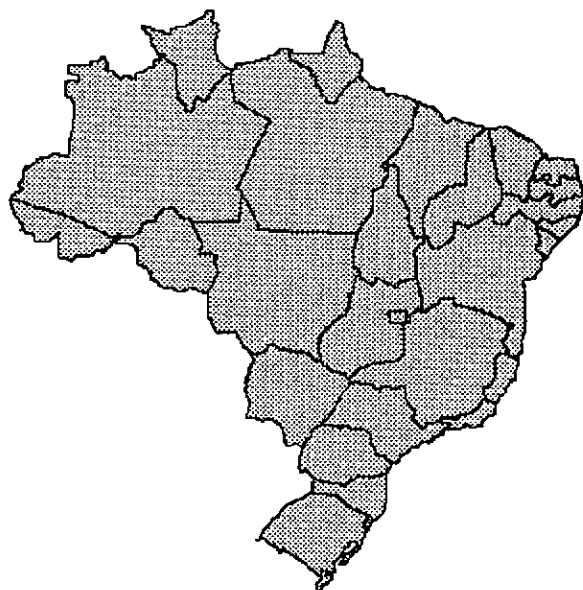


Projeto: 41 - PROGRAMA DE CRÉDITO PRODUTIVO POPULAR

Objetivos: Facilitar o acesso ao crédito para pessoas de baixa renda que queiram montar seu próprio negócio, gerando renda e emprego.

Agentes: BNDES e Estados

Valor Global:	R\$ 234,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 234,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 234,0 milhões



Projeto: 42 - PROGER

Objetivos: Apoiar com crédito microempresas urbanas e rurais, para a geração de 338.000 empregos.

Agentes: MTb /FAT, BB, BNB, FINEP

Valor Global:	R\$ 2.156,0 milhões
Total para o biênio 1997/98:	R\$ 2.156,0 milhões
De origem fiscal:	—
De origem externa:	—
Do setor privado:	—
De Estados e Municípios:	—
De outras origens:	R\$ 2.156,0 milhões

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional
Ministério do Planejamento e Orçamento

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (1º Semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (2º Semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — Ação Social do Governo
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995

INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL

5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES
RISKS AND OPPORTUNITIES

FRANÇÈS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE

ESPANHOL

1. BRASIL 1996: DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO

Cópias adicionais desta publicação poderão ser solicitadas à:
Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Esplanada dos Ministérios - bloco A - 6º andar
Telefone: (061) 224-7300, 315-1707
Fax: (061) 322-4624
Brasília - DF
CEP: 70054-900

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1996, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES

